inforBANCA

Revista do Instituto de Formação Bancária

nº 110 | jul-out 2017

Non-Performing Loans e o Financiamento da Economia Portuguesa

José Miguel Pessanha

Tratamento Fiscal das Imparidades

Catarina Cardoso

A Oportunidade do Dinheiro Digital

Nuno Sampayo Ribeiro

Informação ao Serviço da Economia Portuguesa

Vasco Monteiro

Editorial

Esta InforBanca, que o vai acompanhar no período estival, inclui sete artigos, o "**Snapshot** do sector bancário e empresarial em Portugal" e duas novidades: uma editorial - os Indicadores do sector Bancário - e outra organizacional – a designação, pela APB, do Dr. António Neto da Silva para CEO do IFB.

Fernando Faria de Oliveira, no artigo "O Mundo da Incerteza e das Transformações Disruptivas", apresenta uma nova expressão e reflete de modo integrado e profundo sobre ela. *"We live in a Vuca World"*. Sabe o que VUCA quer dizer?

Miguel Pessanha. "*Non-Performing Loans* e o Financiamento da Economia Portuguesa" é o tema deste artigo em que ficamos a saber que embora Portugal evidencie um elevado rácio de "empréstimos não produtivos" os indícios mais recentes são positivos. O rácio está a descer, influenciado pela melhoria do ciclo económico e pelo aprofundamento das medidas específicas de redução dos NPL.

Catarina Cardoso, no artigo "Tratamento Fiscal das Imparidades", explica por que razão a recente alteração do tratamento fiscal das imparidades não desvirtua o propósito e a pertinência da iniciativa.

Nuno Sampayo Ribeiro, na sua linha consistente e coerente de reflexão na esfera da Economia Reputacional, escreve sobre "A Oportunidade do Dinheiro Digital", alertando para o impacto que as alterações determinadas pelo digital têm em toda a cadeia de valor no sector bancário.

José Bancaleiro, no artigo "Liderar pelo Exemplo", contribui para mais uma interessante reflexão sobre liderança, temática que alguns defendem não se ensinar, o que não quer dizer que não se possa aprender...

Nuno Lima, na segunda reflexão sobre o tema "A Banca e a Quarta Revolução Industrial", dedica a sua atenção ao papel dos recursos humanos neste novo e desafiante ambiente.

Vasco Monteiro escreve sobre o tema "A Informação ao Serviço da Economia Portuguesa", começando por elaborar sobre o peso da informação na atualidade e o desafio que constitui o seu adequado processamento, para que não se perca a utilidade, nomeadamente, no processo de tomada de decisão. Termina, apresentando o exemplo e os principais *outputs* do *Portugal Economy Probe*.

Rita Machado e **Maria Ana Barroso**, no seu texto "EMW 2017: o *tiro de partida* para um ano pleno de iniciativas", fazem o ponto de situação das atividades e realizações concretizadas no âmbito da *European Money Week* e apresentam as iniciativas do grupo de trabalho da educação financeira, previstas para 2017.

Finalmente, as nossas sugestões **Lifestyle** criam possibilidades enriquecedoras para programas de finais de dias de verão.

Boas leituras!

Ana Terras

Ficha Técnica

inforBANCA

Nº 110 | jul-set 2017

Propriedade:

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Sede: Av. da República, nº35 - 8º, 1050-186 Lisboa | Tel.: 217 916 200 | Fax: 217 972 917 | e-mail: info@ifb.pt | www.ifb.pt

Diretor: Ana Terras | **Redação:** Ana Terras | **Edição:** Deep Step Comunicação | **Design Gráfico e Paginação:** Inês Campos | **Periodicidade:** quadrimestral

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon
A responsabilidade pelas opiniões expressas nos artigos publicados na *inforBANCA*, quando assinados, compete unicamente aos respetivos autores.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Índice

4

O Mundo da Incerteza e das Transformações Disruptivas

Fernando Faria de Oliveira

8

***Non-Performing Loans* e o Financiamento da Economia Portuguesa**

José Miguel Pessanha

16

Tratamento Fiscal das Imparidades

Catarina Cardoso

20

A Oportunidade do Dinheiro Digtal

Nuno Sampayo Ribeiro

26

Liderar pelo Exemplo

José Bancaleiro

28

A Banca e a Quarta Revolução Industrial - II

Nuno Lima

30

A Informação ao Serviço da Economia Portuguesa

Vasco Monteiro

36

EMW 2017: o 'tiro de partida' para um ano pleno de iniciativas

Rita Machado
Maria Ana Barroso

38

Snapshot

do sector bancário e empresarial em Portugal

Vera Flores

40

Sintese de Indicadores do Sector Bancário

Associação Portuguesa de Bancos

42

Lifestyle

43

A *inforBANCA* também pode ser lida em dispositivos móveis

António Neto da Silva – CEO do IFB e do ISGB

A Direção da APB – Associação Portuguesa de Bancos, designou o Senhor Dr. António Neto da Silva para assumir as funções de CEO do IFB – Instituto de Formação Bancária e do ISGB – Instituto Superior de Gestão Bancária, com início a 10 de julho.

"Antecipar o futuro" constitui a ideia-chave do mandato que António Neto da Silva agora inicia à frente do IFB e do ISGB, estruturas vocacionadas, respetivamente, para a formação profissional e o ensino superior especializado.

António Neto da Silva tem um vasto curriculum empresarial, académico, associativo e governativo, de que se destacam as funções de Secretário de Estado do Comércio Externo, Membro dos Conselhos Consultivo, Fiscal e de Auditoria do BANIF, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Açoriana, Gestor de uma Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e Imobiliários, Vice-Presidente da Assembleia Geral e membro do Conselho de Presidentes da CIP, Vice-presidente do ICEP, Presidente da PROESPAÇO - Associação das Indústrias do Espaço e membro da Direção da Eurospace, Diretor Executivo do Curso de Pós Graduação em Economia Europeia da UCP do Porto e Professor da Universidade Católica de Lisboa.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

O Mundo da Incerteza e das Transformações Disruptivas

Fernando Faria de Oliveira

Presidente da APB

Numa interessante conferência a que assisti no fim do ano passado, promovida pela Fundação Inovação Bankinter, aprendi uma nova expressão: "We live in a Vuca World", onde 'Vuca' vem de V - *volatily*; U – *uncertainty*; C – *complexity or chaotic*; A – *ambiguous*. E, efetivamente, o mundo dos nossos dias é caracterizado pela incerteza e por transformações profundamente disruptivas.

Desde logo, a nível dos valores e dos princípios civilizacionais e morais, onde muitos, histórica e culturalmente aceites, vão sendo postos em causa, surgindo outros ou promovendo-se vazios. A nível das perceções, vamos sendo cada vez mais influenciados pelas redes sociais, que introduzem riscos acrescidos, pois a opinião não fundamentada e a superficialidade vingam, com o julgamento das pessoas a ser influenciado sem bases sólidas e até manipulado, em detrimento do conhecimento sólido, proveniente do *expertise* e do rigor. E as elites perdem cada vez mais espaço, ou porque se demitem, ou porque são suspeitas de não compreender o cidadão comum.

A nível político, a governabilidade das nações é cada vez mais difícil, designadamente nos países onde o sistema partidário está cada vez mais fragmentado, prevalecendo cada vez mais o populismo e a demagogia e pouco releva a (ir)responsabilidade do que se propõe e afirma. Neste ambiente político, de difícil criação de maiorias, quando não existe uma cultura de compromisso, tão necessária naquelas circunstâncias, é muito difícil, devido a posições extremadas, gerar soluções políticas estáveis e promover o crescimento económico sustentado e o progresso

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

social. Acresce que parte dos partidos que vão merecendo alguma atenção do eleitorado, rejeitam a economia de mercado. Ora, a experiência empírica demonstra, com cristalina clareza, a supremacia da democracia liberal, no domínio político, e da economia de mercado, no campo económico, em relação a modelos de sociedade alternativos onde não se assistiu a um único caso de sucesso. Da conjugação das duas resultaram sociedades muito mais ricas, dinâmicas, inovadoras e progressivas, com a democracia a arbitrar – infelizmente muitas vezes mal ou insatisfatoriamente - a distribuição do valor criado, sem pôr em causa as virtualidades da livre iniciativa. A ordem económica liberal prevalecente conduziu, de facto, a aumentos significativos dos níveis de prosperidade em todos os continentes. A produção mundial quadruplicou nos últimos quarenta anos. As classes médias, em que assenta a democracia liberal, têm-se alargado em todos os continentes. Por exemplo, o PIB *per capita* em Portugal triplicou nos últimos 25 anos. Ao contrário, os modelos que rejeitam a economia de mercado promovem o alinhamento por baixo e a existência de sociedades muito mais pobres e desatualizadas.

Desde a crise financeira iniciada em 2007, no entanto, o progresso das classes médias nos países desenvolvidos estagnou (ou piorou, nos casos de países em crise económica e financeira grave), o que vem provocando um evidente descontentamento e uma inevitável culpabilização do poder político por não dar resposta às aspirações dos eleitores, nomeadamente por não terem soluções em relação às consequências negativas da globalização e da imigração. Os descontentes da globalização e do acolhimento de refugiados aumentaram. Surgiram, assim "sintomas de uma fratura profunda na ordem democrática global, assinalando o mau funcionamento das máquinas políticas tradicionais".

Várias economias não souberam responder e ajustar-se aos desafios da globalização, tendo a sua competitividade relativa diminuído.

Os cenários do foro geopolítico criam, para lá da incerteza, insegurança, desfavorecendo o progresso económico e social: são exemplos o terrorismo, a crise dos refugiados, a instabilidade e guerra no Médio Oriente, os focos de tensão na Europa de Leste, a situação política e social em vários países de África e da América Latina e algumas tensões no Mar do Sul da China.

O projeto da União Europeia e o Euro merecem-nos particular reflexão e requerem, em absoluto, ação renovada para se cumprirem os seus objetivos. O *Brexit* é um

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

exemplo claro de desconforto em relação ao projeto europeu e comporta riscos que têm de ter respostas mutuamente positivas. O sonho europeu está em risco. O único fator positivo que deriva da decisão dos britânicos é colocar-nos, aos membros da União Europeia, perante um desafio ainda maior: se a Europa quiser avançar lucidamente para uma autêntica União Política, tem de haver um maior equilíbrio (de missões, partilhas e compromissos) entre os países excedentários, mais ricos e desenvolvidos, e os países deficitários e ainda com sérios problemas de finanças públicas, em benefício do todo. Mas, por razões de "moral hazard", de confiança mútua e de esperança no projeto europeu, tal implica necessariamente que uma abertura dos primeiros tenha como contrapartida, por parte dos países com maiores fragilidades e com deficiências de competitividade, a realização das reformas imprescindíveis e de uma disciplina orçamental virtuosa, i. e, que contemple o crescimento económico que os inibe de um melhor desempenho na globalização.

O envelhecimento das populações e a baixa taxa de natalidade, em países como Portugal, levantam questões prementes de sustentabilidade dos regimes de segurança social.

Particularmente disruptivas são as mudanças tecnológicas, que ocorrem a um ritmo rapidíssimo e que têm impactos de ordem social de dimensão difícil de prever. Que alternativas se vão desenvolver para substituir o emprego perdido que provocarão? Como formar as pessoas para corresponderem às exigências dos novos empregos?

A aceleração da era digital, da inteligência artificial, da robotização e da biotecnologia, obriga a um esforço de antecipação das suas consequências e à busca de novas ocupações profissionais. Como referiu o Prof. António Damásio na notável intervenção que fez na Conferência a que mencionei no início, os *drivers* da mudança – ciência, tecnologia, negócio, organização e informação, bem como a nova economia molecular, são criações do homem (que permitem que se esteja a viver a melhor fase da história da humanidade). E acrescentou: a ciência foi a resposta ao porquê das coisas, a tecnologia a forma de resolver questões. Mas, essas criações e inovações tocam no mais profundo da vida humana – nos sentimentos e nas emoções – enquanto as tecnologias ignoram o que há de essencial no homem e nas sociedades. Que limites? Que soluções? O *enlightenment* da tecnologia requer cautelas, por muito sedutor que seja. Também o foram o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, que se revelaram dos maiores desastres da História.

Tempos desafiantes estes, que criam simultaneamente ameaças e oportunidades e que apelam, com urgência, a respostas clarividentes e prospetivas das elites política e empresarial. São necessários, a nível político, líderes mobilizadores de vontades, que antecipem caminhos e soluções, criem esperança, gerem confiança e cuja ação, requerendo realismo e pragmatismo temperados com a utopia vitalizante, se traduza em projetos coerentes e propiciadores de resultados. Devemos perguntar-nos porque está a ser tão difícil encontrá-los... A nível empresarial a situação é, apesar de tudo, diferente, para melhor - há empreendedorismo crescente, inovação e progresso em muitos sectores.

O desenvolvimento na educação, na ciência e na tecnologia permitem sustentar a esperança e, ainda que os seus efeitos sejam principalmente a longo prazo, permitir-nos-ão um melhor e progressivo aproveitamento na integração europeia e na globalização.

É neste contexto, de um mundo 'VUCA', que temos de encontrar caminhos para o nosso futuro. Vivemos tempos que não chamarão ao otimismo, mas que comportam desafios estimulantes. Passar de uma quase "tempestade perfeita", com uma economia fraca, a crise das finanças públicas e grandes desafios no sistema financeiro, para um ambiente de progresso económico e social sustentado, no quadro apontado, é a tarefa desta e das próximas gerações, com o Homem e o Bem Comum como referências centrais indispensáveis. ■

Bibliografia: Francis Fukuyama ("Ordem política e decadência política"); Vitor Bento ("On Euro banking crisis"); Adair Turner ("Entre a dívida e o diabo")

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Workshop ...

ICAAP & ILAAP

O Novo Centro de Comando do Banco

3ª edição

Lisboa

26 | Setembro | 2017

[ORADOR] Carlos Pais Jorge

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Informações:
Teresa Corales
e-mail: t.corales@ifb.pt

Non-Performing Loans e o Financiamento da Economia Portuguesa

José Miguel Pessanha

É Administrador Executivo e *Chief Risk Officer* do Millennium bcp. No passado foi professor de Estatística e Econometria na Universidade Católica Portuguesa, antes de ingressar no Banco Português do Atlântico em 1989, onde foi responsável pelas áreas de Mercado de Capitais, Research de Mercados e Gestão e Controlo de Riscos. No Banco Comercial Português, a partir de 1995, foi desde 2003 responsável pelo Risk Office do Grupo.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Os empréstimos não produtivos, na terminologia inglesa *non-performing loans* ("NPL"), constituem um tema recorrente nas análises ao desempenho e aos desafios enfrentados pelo sistema bancário português.

Na mais recente declaração da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, por ocasião da 6ª missão de supervisão pós–programa de ajustamento económico e financeiro a Portugal[1], refere-se *"… A recuperação do setor bancário tem tido progressos positivos, mas ainda não se encontra concluída. (…) o setor continua a ser sobrecarregado por baixos níveis de rendibilidade, amortecedores de capital limitados e ainda elevados, embora em decréscimo, rácios de crédito mal parado. Neste contexto, os esforços contínuos dos bancos para melhorarem a sua solidez financeira, bem como a sua governação interna, são essenciais. As operações de reestruturação de empréstimos empresariais no caso de empresas viáveis devem ser aceleradas, ao passo que os empréstimos a empresas não viáveis terão de ser resolvidos. (…)."* Implícitas neste excerto sobressaem duas preocupações: (i) o impacto dos NLP na estabilidade do sistema financeiro português; e (ii) o impacto dos NPL no suporte à economia. Propomos abordar neste brevíssimo artigo estas duas perspectivas, não sem antes fazer uma breve referência ao conceito dos NPL e ao posicionamento de Portugal no contexto europeu.

1. O conceito dos NPL, evolução e posição de Portugal no contexto europeu

O conceito de crédito ou ativo não produtivo remete para um empréstimo ou crédito que enfrenta problemas de pagamento. Contudo, existem numerosas definições para esta mesma realidade. Desde cerca de 1997 que há estatísticas regulares para o crédito vencido em Portugal. Já o conceito de NPL a que se refere a declaração acima é um fenómeno relativamente recente, desenvolvido pela Autoridade Bancária Europeia ("EBA"), e que ainda carece de aplicação harmonizada a nível europeu (ao contrário do que muitos comentários fazem transparecer)[2] .

Por NPL entendem-se os empréstimos registados no balanço dos bancos com prestações vencidas há pelo menos 90 dias ou os empréstimos em que se considere improvável que o devedor cumpra integralmente com as suas obrigações sem a realização de eventuais garantias, independentemente da existência de qualquer montante vencido ou do tempo em incumprimento.

Deduz-se desta definição que os NPL (i) são um conceito muito abrangente, donde os valores do rácio NPL tipicamente excederem expressivamente os rácios para o crédito vencido; (ii) incorporam um elevado grau de 'conservadorismo', na medida em que o risco de perda poderá não se materializar; e, (iii) estão sujeitos a alguma subjetividade, dada a natureza qualitativa de alguns dos elementos constituintes. Por exemplo, diferentes estádios na implementação da nova definição de *default,* que só será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2021, podem implicar níveis diferentes de NPL.

Figura 1

Comparação de diferentes rácios utilizados para aferir a qualidade do ativo dos bancos (em %, Dez.2016)

	Incumprimento no crédito (*)	Crédito em risco (**)	NPL (***)
Particulares	3,4%	6,7%	8,7%
Sociedades não financeiras	15,2%	19,3%	29,4%

(*) Empréstimos vencidos há mais de 30 dias e outros de cobrança duvidosa em percentagem do saldo dos empréstimos ajustados de titularização;
(**) Empréstimos que tenham prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; créditos reestruturados, capitalizados, refinanciados ou com data de pagamento postecipada sem que tenham sido reforçadas as garantias ou pagos os juros e outros encargos vencidos; e, crédito sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco;
(***) Exposições significativas com prestações vencidas há pelo menos 90 dias ou em que é improvável que o devedor cumpra integralmente com as suas obrigações sem a realização de eventuais garantias, independentemente da existência de qualquer montante vencido ou do tempo em incumprimento.

Fonte: Dados estatísticos do relatório de estabilidade financeira do Banco de Portugal

[1] Declaração da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu na sequência da Sexta Missão de Supervisão Pós-programa a Portugal, 5 de julho de 2017
[2] Ver Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal (Dez.2016) para uma explicação pormenorizada dos diversos conceitos utilizados na análise da qualidade do crédito.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Confrontando, por exemplo, com a definição mais objetiva de crédito vencido, o conceito do NPL tende a avolumar as diferenças entre os países/sistemas bancários que, na sua génese e em parte, poderão estar associadas à fase relativamente preliminar em que nos encontramos na difusão, implementação e harmonização deste conceito entre os estados membros.

Na análise de qualquer rácio há que atender às parcelas que o compõem. Este procedimento base é particularmente relevante no caso dos NPL. Significa ter em linha de conta o posicionamento dos diferentes sistemas bancários no ciclo do crédito. Tudo o resto igual, o esforço de redução do rácio NPL é qualitativamente superior num país que se encontra numa fase de 'desalavancagem' ou no início de um processo de expansão do crédito, face a um país numa fase mais adiantada do ciclo, pelo efeito que tal exerce no denominador do rácio NPL.

Dispostas estas considerações, na tabela infra reproduz-se o mais recente levantamento efetuado pela *European Banking Authority* ("EBA") sobre a evolução dos NPL no espaço europeu[3] , uma medida grosseira de ciclo do crédito e um indicador relativo à complexidade do processo judicial.

Figura 2

Rácio NPL no contexto europeu, crescimento do crédito e complexidade processo judicial

	Dez-14	Dez-15	Dez-16	Mar-17	Taxa de crescimento empréstimos (em %, 2016) (*)	Tempo para decisão em 1ª instância (casos civis, comerciais, administrativos e outros, em dias, 2015)
GRECIA	39,7%	46,2%	45,9%	46,2%	-1,5%	510 (2010)
CHIPRE	50,8%	48,9%	45,0%	43,8%	-8,3%	1085
PORTUGAL	18,0%	19,6%	19,5%	18,5%	-2,1%	710
ITALIA	17,0%	16,8%	15,3%	14,8%	-0,2%	393
IRLANDA	21,6%	17,8%	13,6%	12,5%	-3,1%	n.d.
ESPANHA	8,1%	6,3%	5,7%	5,5%	-1,6%	238
AUSTRIA	8,0%	6,9%	5,1%	4,8%	2,1%	53
FRANÇA	4,2%	4,0%	3,7%	3,5%	4,9%	304
BELGICA	4,3%	3,9%	3,2%	2,9%	6,8%	n.d.
HOLANDA	3,3%	2,8%	2,5%	2,4%	0,6%	87
ALEMANHA	3,7%	3,0%	2,5%	2,4%	3,7%	n.d.
FINLANDIA	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%	111
AREA EURO	6,5%	5,7%	5,1%	4,8%	2,1%	n.a.

(*)Empréstimos a outros residentes na área do euro

Fontes: EBA (NPL); BCE (Empréstimos); EU Justice Scoreboard (Processo judicial)

[3] RiskDashboard (Q1 2017), EBA

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Da tabela é possível constatar:

a) Que Portugal pontua entre os países onde o rácio NLP é mais elevado (18,5%), denotando uma dinâmica de redução muito recente. Para o conjunto da UE, o rácio NPL ascende a cerca de 4,8%, situando-se cerca de 2 p.p. inferior ao valor registado em 2014;

b) A forte, e óbvia, associação entre os rácios NPL mais elevados e os países mais afetados pela crise soberana europeia, caso da Grécia, do Chipre, de Portugal e da Irlanda. O contexto macroeconómico é, reconhecidamente, o factor individual mais significativo para a evolução dos NPL, naturalmente, também associado aos excessos da política de endividamento prosseguida no período pré-crise que culminou, em alguns países, com o esgotamento da capacidade financeira e necessidade de recorrer a programas de ajustamento com auxílio externo;

c) A importância do ciclo do crédito (efeito denominador, referido anteriormente) na evolução do rácio. A redução de ~2 p.p. no rácio NPL europeu resulta, em cerca de 2/3, da evolução dos empréstimos concedidos e apenas o restante da redução de NPL. Na tabela, com exceção do caso da Espanha, é notória a correspondência entre a redução e/ou nível do rácio NPL e o ciclo do crédito, representado pelo crescimento dos empréstimos no ano de 2016; e,

d) A influência de fatores estruturais, tais como a complexidade do processo judicial, com processos morosos afetando o valor económico em recuperação, e a fiscalidade, nomeadamente no reconhecimento dos abates ao ativo como custo fiscal, que poderão contribuir, em parte, para um mercado secundário de NPL estreito e desequilibrado em desfavor do vendedor.

Em suma, por diversos factores conjugados, mas de diferente importância e de facilidade de resolução, o elevado rácio de NPL que Portugal apresenta, comparativamente aos outros estados membros e aos valores médios europeus, justifica medidas de acompanhamento e de incentivo à sua resolução. Porém, concretizando-se as perspetivas macroeconómicas mais recentes, Portugal poderá estar num momento de viragem para um ciclo de crédito mais favorável que, quer pela influência positiva na redução de novas entradas de crédito não produtivo quer pela expansão do crédito concedido, poderá exercer uma influência descendente no rácio NPL. Este efeito poderá, ainda, ser reforçado pela identificação e redução dos fatores de bloqueio estruturais para uma resolução mais expedita dos NPL, sobretudo ao nível do enquadramento judicial e fiscal.

2. O impacto dos NPL na estabilidade do sistema financeiro português

Uma das preocupações centrais das autoridades relaciona-se com o impacto potencial dos NPL na estabilidade do sistema financeiro. A degradação da qualidade de crédito, materializando-se, pode colocar em risco a solvabilidade e a viabilidade das instituições de crédito, com repercussões sistémicas adversas.

Em Portugal, o acompanhamento mais próximo destas exposições – algumas instituições desenvolveram unidades orgânicas e planos específicos para a redução dos NPL -, medidas de supervisão específicas e o reforço dos níveis de cobertura por imparidade e colaterais representam desenvolvimentos importantes na mitigação deste risco.

De facto, não obstante as dificuldades de contexto, (i) o rácio de solvabilidade total dos bancos em Portugal tem vindo a aumentar, apresentando atualmente o valor mais elevado dos últimos anos (13,9% em 1T.2017 contra 12,6% em 2012); (ii) o BCE divulgou um conjunto de orientações para o acompanhamento e redução da exposição dos bancos aos NPL; (iii) alguns bancos desenvolveram e têm implementado uma abordagem sistemática para a redução dos NPL, salvaguardando o apoio à economia e reduzindo as pressões, desnecessá-

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

rias, sobre o capital; e (iv) os bancos procederam a um esforço significativo de melhoria dos níveis de cobertura.

Em relação a este último aspeto, é importante também referir que os níveis de cobertura por imparidade dos NPL no sistema bancário nacional, de acordo com os dados mais recentes da EBA, encontram-se alinhados com os valores médios europeus (~45%), com idêntico resultado mas num patamar diferente (~85%) se se acrescer à cobertura por imparidade os colaterais associados. Embora relativizado em muitas análises sobre os riscos dos NPL, a cobertura por colateral é um importante elemento para alguns sistemas bancários, como o sistema português, atendendo à importância do crédito à habitação e ao facto do mercado imobiliário não apresentar indícios de desequilíbrios estruturais[4].

Por último, assinale-se que, após o aumento extraordinário de imparidades registado no final de 2016, os dados mais recentes compilados pelo Banco de Portugal evidenciam o retorno do sistema bancário nacional a resultados positivos no primeiro trimestre de 2017, decorrente da melhoria da margem financeira e da redução do custo do risco.

Assim, não obstante a dimensão dos NPL no sistema bancário nacional ainda exigir atenção redobrada, o reforço das coberturas pelos bancos no passado e a melhoria da rendibilidade a que se assiste poderão contribuir para a mitigação dos riscos decorrentes dos NPL na economia e no sistema bancário português.

Figura 3

Rácio de cobertura de NPL por imparidade (em %, Jun.2016- Mar-2017)

	Jun-16	Set-16	Dez-16	Mar-17
FINLANDIA	27.90%	26.60%	29.50%	28.90%
HOLANDA	36.40%	35.90%	35.20%	34.70%
IRLANDA	37.90%	37.90%	35.50%	34.80%
ALEMANHA	38.70%	40.10%	37.40%	37.80%
CHIPRE	37.70%	38.40%	40.20%	41.40%
ESPANHA	44.80%	44.40%	43.70%	43.60%
BELGICA	43.10%	43.00%	44.10%	44.30%
PORTUGAL	41.20%	41.10%	44.00%	44.40%
GRECIA	48.20%	48.20%	48.30%	48.20%
ITALIA	46.40%	47.20%	48.90%	50.60%
FRANÇA	50.60%	50.80%	51.80%	51.30%
AUSTRIA	56.90%	56.90%	57.70%	57.80%
AREA EURO	43.9%	44.3%	44.7%	45.2%

Fonte: Risk Dashboard, EBA,

[4] Vide, por exemplo, o Risk Dashboard do European Stability Risk Board relativamente ao mercado imobiliário.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

3. O impacto dos NPL no suporte à economia

Um segundo domínio de preocupação das autoridades com os NPL é a sua repercussão no financiamento à economia. O impacto na rendibilidade e na solvabilidade dos bancos, a afetação de recursos materiais e financeiros deficientemente remunerados e os efeitos de reputação adversos poderão inibir a novo financiamento, representando um obstáculo à renovação do tecido produtivo e à recuperação da economia.

Em Portugal, este efeito, de acordo com as estatísticas disponíveis, não se revela expressivo. O processo de desendividamento da economia, mormente das empresas do sector privado, tem justificado uma procura de crédito regrada de par com um recurso acrescido a capitais próprios para financiamento da atividade económica. Em termos comparativos no universo europeu, os inquéritos às empresas relativamente ao acesso a financiamento tendem a colocar Portugal numa situação favorável, com um nível comparativamente baixo de empresas a mencionar dificuldades na obtenção de financiamento junto da banca[5].

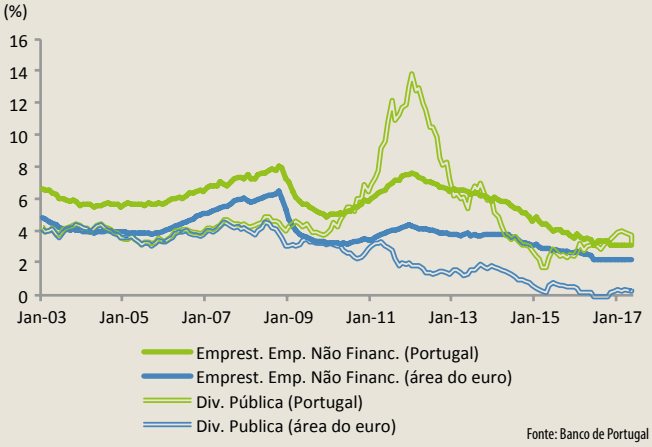
Efetivamente, quando se toma por referência as taxas de juro praticadas nos empréstimos às empresas comparativamente ao risco país, aferido pelas *yields* da dívida soberana, pode-se constatar que, em Portugal, as condições de financiamento têm evoluído favoravelmente. Adicionalmente, os NPL não têm constituído obstáculo para a recomposição em curso na estrutura de crédito à economia, tendo presente o aumento do crédito e da exposição dos bancos aos sectores mais orientados para a exportação de bens ou para a prestação de serviços ao exterior, em detrimento do crédito aos sectores ditos "não-transacionáveis".

Figura 4

Financiamento à economia portuguesa

4a. Taxas de juro praticadas no contexto europeu

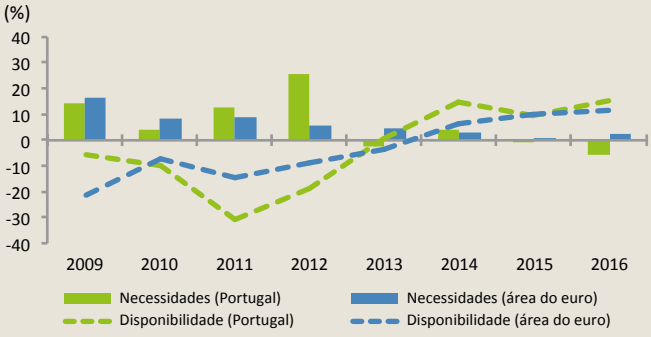
(2003-2017, Taxas de juro em novas operações de empréstimos a empresas não financeiras, denominadas em euros, até 1 milhão de euros, com taxa de juro inicial variável até um ano; Taxas de juro de títulos de dívida pública)



Fonte: Banco de Portugal

4b. Acesso a financiamento

Variação nas necessidades e na disponibilidade de empréstimos bancários reportada pelas PMEs na área do euro (horizonte de 6 meses, saldos de respostas extremas em %)



Fonte: Survey on the access to finance of enterprises in the euro area (SAFE), BCE, Maio 2017

Nota: Questões colocadas às PMEs subjacentes aos resultados do inquérito relativos a empréstimos bancários
Q5. For each of the following types of external financing, please indicate if your needs increased, remained unchanged or decreased over the past six months.
Q9. For each of the following types of financing, would you say that their availability has improved, remained unchanged or deteriorated for your enterprise over the past six months?

[5] Ver Report on the results of the Survey on the Access to Finance of Enterprises in the euro area – October 2016 to March 2017, BCE Maio de 2017

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Por último, mas não menos importante, releva-se a importância das medidas de recuperação dos NPL pelos bancos, em grande proximidade com os clientes, visando preferencialmente a sua sustentabilidade e viabilidade, por oposição a soluções de pendor mais padronizado, como a liquidação ou o recurso a opções externas para a redução de NPL.

Algumas das soluções implementadas noutros estados membros, como o desenvolvimento de sociedades nacionais de gestão de ativos (vulgo "bad banks") ou a titularização de créditos, por circunstâncias distintas em termos de regulação, de condição das finanças públicas, do grau de desenvolvimento do mercado de capitais e do quadro jurídico-legal aplicável nos vários estados membros, apresentam desafios específicos na sua aplicação direta a Portugal. Poderão implicar uma transferência de valor para terceiros muito significativa, com risco de destruição de capital dos bancos e sem valias evidentes para o tecido produtivo nacional, o que, em si, constituiria um contrassenso nos dois domínios que se pretendem preservar, o da defesa da estabilidade financeira e o suporte à economia.

4. Conclusão

Portugal evidencia um elevado rácio de NPL no contexto europeu. Todavia, os indícios mais recentes são positivos. O rácio está a descer, influenciado pela melhoria do ciclo económico e pelo aprofundamento das medidas específicas de redução dos NPL.

Face às particularidades de Portugal (ciclo económico, condição financeira, quadro jurídico-legal), a estratégia em curso, alicerçada maioritariamente em medidas de resolução dos NPL ao nível dos bancos, secundada por incentivos e medidas aceleradoras dessa resolução, seja pela constituição de plataformas de coordenação de credores, seja pela mitigação de fatores de bloqueio, apresenta-se como uma abordagem adequada, mesmo que com efeitos mais dilatados no tempo.

O estabelecimento de metas ambiciosas de redução de NPL, e de outros requisitos regulamentares, deve refletir as especificidades do país e do sistema financeiro onde se insere, evitando constituir, em si, fator de perturbação desfavorável ao processo de resolução dos NPL.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

INÍCIO
20 set 2017
2ª Edição

Programa de Formação para ALTA DIREÇÃO

CORPO DOCENTE com **SÓLIDA EXPERIÊNCIA** profissional e académica.

Possibilidade de Frequência de **MÓDULOS ISOLADOS.**

[RAZÃO DE SER]

Os Sectores Bancário e Financeiro têm atualmente novas exigências para o desempenho das funções de Administração e das denominadas Funções Essenciais, em particular nos domínios da Regulação e dos Modelos de *Corporate Governance*.

[OBJETIVOS]

- Caracterizar o enquadramento global da atividade bancária;
- Apresentar as perspetivas atuais sobre o quadro regulamentar e os instrumentos de supervisão nas vertentes prudencial e comportamental, tanto a nível nacional como europeu.

[DESTINATÁRIOS]

Administradores, Diretores de 1ª Linha e Titulares de Funções Essenciais.

[METODOLOGIA]

Presencial.
Sessões de debate, reflexão e discussão dos temas podendo fazer recurso à análise de casos práticos.

[HORÁRIO]

Pós-laboral (a partir das 17h).

[CRONOGRAMA]

MÓDULO	TEMA	HORAS	CALENDÁRIO 2017 setembro/outubro								
1	Novo Enquadramento Regulatório: Supervisão Prudencial e Comportamental	3	20 set								
2	*Corporate Governance*	3		26 set							
3	Gestão de Risco e Controlo Interno	3			28 set						
4	Cooperação Fiscal Internacional e Europeia	3				3 out					
5	Contas, Sistemas de Pagamento e Banca Digital	3					10 out				
6	Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	3						12 out			
7	Regulamentação dos Mercados Financeiros	3							17 out		
8	Basileia – Pacote Legislativo CRR/CDR IV	3								19 out	
Seminários	Ética e Responsabilidade Social	2									A agendar
	A Evolução da Economia e Perspetivas para a Banca	2									
	Total	**28**									

Coordenação do Programa:
Rita Machado
e-mail: r.machado@ifb.pt

Informações:
Catarina Santos
e-mail: c.santos@ifb.pt | formacaoavancada@ifb.pt

Tratamento Fiscal das Imparidades

“Concretizando-se a alteração legislativa agora em discussão, as instituições passam a ser taxadas pelos resultados que efetivamente registam e não por um valor superior, ‘artificialmente’ criado pela ausência de reconhecimento fiscal de custos/gastos no momento em que estes ocorrem.”

Catarina Cardoso

É Diretora do Centro de Assessoria Económica e Financeira da Associação Portuguesa de Bancos. Antes de integrar a APB em 2014, foi, durante dois anos, Assessora do Conselho de Administração do IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, tendo previamente trabalhado no Citibank Portugal, onde iniciou a sua carreira profissional em 1995 e onde desempenhou diversas funções, designadamente nas áreas de Mercado de Capitais e de Banca de Empresas. É licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa (1994) e concluiu a parte curricular do Mestrado em Economia Monetária e Financeira do Instituto Superior de Economia e Gestão (1995).

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

“Não deixar os bancos deduzir as imparidades no cálculo do IRC quando as mesmas são geradas implica uma dupla penalização: i) quando registam a imparidade, os bancos suportam o prejuízo na conta de resultados; e ii) ao não poderem deduzir essas imparidades fiscalmente e terem de gerar DTA, vão ter de abater esses ativos no cálculo dos rácios de capital.”

Muito se tem escrito e falado recentemente sobre a alteração do tratamento fiscal das imparidades registadas pelo sistema bancário. Dada a importância de que a matéria se reveste para a banca nacional, revela-se fundamental repor a exatidão técnica dos factos e esclarecer o que está realmente em causa, garantindo que não se desvirtua o propósito e a pertinência de tal iniciativa.

A medida legislativa em causa – destinada a permitir que, para efeitos de cálculo do IRC a pagar, possam ser deduzidas as imparidades no momento em que são geradas – visa, tão só e apenas, fazer face a uma situação de desvantagem competitiva dos bancos nacionais face aos seus congéneres europeus. Não há lugar a qualquer favorecimento do sector nem, tão pouco, a algum tipo de benesse fiscal.

Vejamos porquê.

A existência de limitações ao reconhecimento, para efeitos fiscais, de realidades que são aceites como custo para efeitos contabilísticos conduz, quando tais limitações sejam temporárias, ao registo de ativos por impostos diferidos (“DTA”)[1].

Sucede que, na grande maioria dos países europeus, o regime fiscal não estabelece, desde há muito, diferenciações relevantes no reconhecimento de custos/gastos para efeitos contabilísticos e fiscais. Os bancos podem deduzir as imparidades relativas a créditos no cálculo do IRC no ano do seu registo contabilístico e, como tal, nesses países, o problema da geração de ativos por impostos diferidos não chega, pois, a colocar-se.

Em Portugal, a legislação não o permite fazer, obrigando os bancos a não deduzir integralmente estes custos no cálculo do IRC, tendo a respetiva dedução de aguardar pelo momento em que a incobrabilidade do crédito é decretada e a perda tornada efetiva. Assim, se um banco estiver a gerar lucros, o Estado recebe antecipadamente um IRC que vai devolver no futuro quando as perdas se materializarem, sendo essa devolução futura que leva ao registo dos DTA.

Concretizando-se a alteração legislativa agora em discussão, as instituições passam a ser taxadas pelos resultados que efetivamente registam e não por um valor superior, ‘artificialmente’ criado pela ausência de reconhecimento fiscal de custos/gastos no momento em que estes ocorrem.

Apesar de raro no contexto europeu, Portugal não é caso único no que diz respeito à existência de diferenças relevantes entre as vertentes contabilística e fiscal do reconhecimento de custos com imparidades.

Países como Espanha e Itália possuíam realidades muito semelhantes, fazendo com que os respetivos bancos apresentassem, por isso, significativos valores de ativos por impostos diferidos. Mas mesmo estes países registaram recentemente evoluções claras no sentido de atenuar os problemas que para os bancos tal situação provoca, seja procedendo a uma eliminação daquelas principais diferenças, seja criando um regime destinado a assegurar a não dedução aos fundos próprios daqueles ativos.

Com as regras de Basileia, os DTA passaram a ter de ser abatidos ao capital dos bancos, a menos que estivessem garantidos pelo Estado. Para não prejudicar os bancos portugueses face aos congéneres europeus (que, recorde-se, não adiantaram o equivalente ao IRC ao respetivo Estado), foi criado, através da Lei n.º 61/2014, de 26 agosto, o designado regime especial dos DTA.

Apesar de o regime em questão oferecer salvaguardas para os dinheiros públicos, por pressões da DG Comp, o Estado português revogou, em 2016, através da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, este regime especial, para o futuro. Os bancos portugueses voltaram, assim, a ficar numa posição de enorme desvantagem face aos congéneres com idênticas regras de capital. Ou seja, os bancos portugueses mantêm a geração de DTA que, não sendo garantidos pelo Estado, têm que ser abatidos no cálculo do capital. Ora, o reconhecimento, para efeitos fiscais, das imparidades no momento em que são geradas e registadas contabilisticamente permitiria evitar esta enorme penalização da banca portuguesa.

1- Neste contexto importa distinguir os DTA que tenham origem no registo de imparidades não dedutíveis dos DTA relativos a prejuízos fiscais. Os primeiros, e são exclusivamente aqueles que são objecto das mencionadas eventuais alterações legislativas, baseiam-se unicamente em adiantamentos de IRC ao Estado. Os segundos, assentes no princípio da continuidade do negócio, fundamentam-se na lógica de tributar uma empresa com base no seu lucro real intemporal.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

“Sobre o regime transitório que a alteração legislativa prevê, importa esclarecer que o mesmo não configura um regime de reporte de prejuízos fiscais mais favorável para os bancos do que aquele que existe para a generalidade das empresas.”

Note-se, ainda, que este tema já foi objeto de várias análises independentes. Destaque para o Banco Mundial que veio afirmar de forma inequívoca que não deixar os bancos deduzir as imparidades no cálculo do IRC quando as mesmas são geradas implica uma dupla penalização: i) quando registam a imparidade, os bancos suportam o prejuízo na conta de resultados; e ii) ao não poderem deduzir essas imparidades fiscalmente e terem de gerar DTA, vão ter de abater esses ativos no cálculo dos rácios de capital.

Com a alteração legislativa em causa, o Estado Português irá, por isso, meramente, alinhar-se com as melhores práticas dos restantes governos europeus e seguir as indicações do próprio Banco Mundial.

Adicionalmente à matéria de fundo e de princípio que se entende ser indispensável clarificar, existem outras questões, não menos importantes, que importa igualmente abordar.

Assim, e em primeiro lugar, cumpre notar que, na medida em que o novo regime fiscal não permita eliminar totalmente a criação de ativos por impostos diferidos[2] , manter-se-á a desvantagem competitiva dos bancos nacionais face aos seus congéneres europeus, uma vez que os DTA gerados terão que ser abatidos a capital/fundos próprios.

Compreende-se que, para prevenir situações de abuso, em determinados casos, que pelas suas características específicas revelem, à partida, poder tratar-se de instrumentos aptos a alcançar tal abuso, se limite o reconhecimento fiscal de certas imparidades. Mas já não se compreende que, de uma forma genérica, perante situações em que tais indícios de abuso não existem, se limite o reconhecimento fiscal de imparidades.

Deste modo, e para evitar pressões adicionais sobre o capital das instituições e não colocar os bancos portugueses em clara desvantagem perante os seus pares europeus, a limitação ao reconhecimento fiscal das perdas por imparidade deve restringir-se aos casos que caracterizaríamos por de “prevenção de situações abusivas”.

Manutenção da criação de DTA é desfavorável para a banca portuguesa

Adicionalmente, importa salientar que a situação de desvantagem dos bancos nacionais decorrente da eventual manutenção da criação de DTA seria agravada pelo facto de o regime de reporte de prejuízos fiscais português (que se situa, desde 1 de janeiro de 2017, nos 5 anos para as empresas em geral, incluindo as dos sector financeiro, mantendo-se nos 12 anos apenas para as PME) ser mais desfavorável do que os da generalidade dos países europeus.

Nestes, não existe: i) um limite de dedução ao lucro tributável (atualmente, em Portugal, de 70%); ii) um prazo de caducidade para o reporte de prejuízos fiscais ou, nos casos em que existe, ele é substancialmente mais alargado.

Por último, sobre o regime transitório que a alteração legislativa prevê, importa esclarecer que o mesmo não configura um regime de reporte de prejuízos fiscais mais favorável para os bancos do que aquele que existe para a generalidade das empresas. Aliás, é tecnicamente incorreto confundir os dois conceitos.

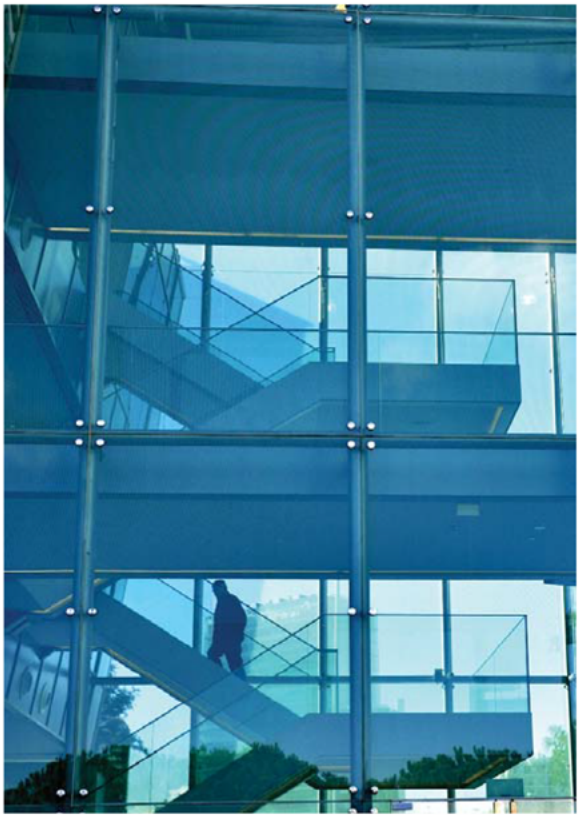
O regime transitório visa estabelecer um período suficientemente alargado que permita aos bancos deduzir fiscalmente o valor global de imparidades que, por força da alteração legislativa, passará a ser aceite para efeitos fiscais. Contrariamente ao que tem vindo a ser afirmado, esta medida não favorece preponderantemente os bancos mas, sim, o Estado.

É que, se se desse a coincidência de os bancos registarem lucros suficientes para absorver o volume de imparidades que resulta da alteração do quadro fiscal em 2017, o Estado veria a sua receita fiscal significativamente reduzida. Assim, e por forma a diluir no tempo o impacto para o Estado da alteração do tratamento fiscal das imparidades, será instituído um regime transitório por um prazo, que tem vindo a ser apontado, de 15 anos e com limites percentuais anuais dos montantes que poderão ser deduzidos fiscalmente. ■

2 -Como sucederá para 25% das perdas por imparidade objeto de análise coletiva, se se adotar o limite de 75% que tem sido noticiado pela comunicação social, ou em resultado do tratamento das responsabilidades com pensões, mesmo do primeiro pilar, ainda a cargo das instituições financeiras nacionais.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Workshop ...



IFRS 9

Novas Imparidades e muito mais

6ª edição

Lisboa

9 e 10 | Outubro | 2017

[ORADOR] João Senos Gonçalves

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Informações:
Teresa Corales
e-mail: t.corales@ifb.pt

A Oportunidade do Dinheiro Digital

Nuno Sampayo Ribeiro

Advogado, especialista em Direito Fiscal (O.A.), Árbitro Fiscal acreditado junto do CAAD e Professor Convidado do IFB – Instituto de Formação Bancária. Experiência profissional anterior inclui: Consultor Técnico da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (Comissão de Orçamento e Finanças, Assembleia da República), IBFD *Research Associate, Americas Department* (Amesterdão); Delegado Nacional, OECD Forum on Harmful Tax Competition (Paris); Membro da Comissão de Estudo da Tributação das Instituições e Produtos Financeiros (Conselho Superior de Finanças). Foi-lhe outorgada a *Fellowship in International Taxation* pelo IBFD – International Tax Academy com ensaios sobre a criação e o funcionamento de centros financeiros internacionais.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

"Countries around the world – the UK, Russia, Canada, Australia, China and many more – are examining how they might mint their own digital currencies and put money on the blockchain. Efforts have intensified this year, although research is still at an early stage and many puzzles have yet to be worked out.
But most agree on one thing: the world is moving towards use of digital money"

Financial Times, 2.11.2016

"Não se trata de ignorar ou apagar o passado. O passado, por vezes, oferece tanta dificuldade em ser visto como o futuro próximo. Voltando à imagem Lisboa-Porto, se quisermos fazer a viagem com eficiência, não podemos ficar a remoer numa cidade ou estação de comboios que já passámos"

Júlio Pomar, Diário de Notícias, 4.12.2002
(entrevista de Maria Augusta Silva)

"O dinheiro virtual é ainda largamente desconhecido da maioria da sociedade portuguesa e dos agentes económicos. (...) o tema é associado a um universo de irregularidade, a confusão ou a dúvidas. Na origem destas situações estão crimes que se prevaleceram do dinheiro digital, envolvendo operações na chamada dark web ou branqueamento de capitais."

Cashless society

Os montantes das transações em dinheiro digital, incluindo em moeda virtual[1], sem ligação a um cartão de crédito ou de débito, são já muito significativos. Porém, por agora o dinheiro virtual é ainda largamente desconhecido da maioria da sociedade portuguesa e dos agentes económicos. Um outro aspeto a ter em conta é que, até certo ponto, o tema é associado a um universo de irregularidade, a confusão ou a dúvidas. Na origem destas situações estão crimes que se prevaleceram do dinheiro digital, envolvendo operações na chamada *dark web* ou branqueamento de capitais, e que suscitaram grande atenção mediática.

Ademais, o regime legal aplicável apresenta lacunas e a terminologia reveste-se por vezes de hermetismo ou designa significados nem sempre coincidentes. Disto são exemplos as locuções: dinheiro eletrónico, dinheiro digital, dinheiro de plástico, criptomoeda, moedas virtuais, *e-cash, e-money,* etc. Em paralelo, a área dos métodos de pagamento está no centro de inovações tecnológicas que vêm determinando o aparecimento de novas modalidades em grande número e frequência.

Tudo isto vem acontecendo num momento em que o nosso quotidiano evidencia alterações profundas nas nossas rotinas, hábitos e comportamentos de que são exemplos o "clicar numa app" para aceder às redes sociais, às plataformas de comércio em linha, aos motores de busca, à *digital wallet* para satisfazermos necessidades básicas tais como comunicar, consumir ou pagar.

Na origem destas alterações estão avanços tecnológicos, como a *internet,* o *big data*, ou a *blockchain*, que são expressão do que vem sendo apresentado como a era do cibermundo em que a realidade se funde com imagens de computador, e cujo impacto se traduz em transformações estruturais em todas as áreas da vida social, que a pouco e pouco alteram o nosso modo de vida, e que vêm sendo designadas a coberto da locução (r)evolução digital.

O que se designa por digital não suscita unanimidade. No entanto, goza de larga aceitação o entendimento de acordo com o qual a locução designa um fenómeno que consiste em tornar acessível a todos a informação que antes tendia a estar confinada aos membros de um grupo. As consequências socioeconómicas deste novo contexto traduzem-se na emergência de novas cadeias de valor, de que são

1 - Em 16.03.2017, os indicadores do CryptoCurrency Market Capitalizations (https://coinmarketcap.com/), eram como segue: Market Cap: $26,432,646,856 / 24h Vol: $1,133,064,658 / BTC Dominance: 75.4%

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

“No sector bancário, as alterações determinadas pelo digital têm impacto em toda a cadeia de valor e sujeitam à condição de obsolescência conceções e padrões de negócio há muito vigentes.”

exemplos a economia colaborativa, o comércio eletrónico ou no surgimento de novos atores, produtos e serviços.

Todas estas realidades nascentes apoderam-se do dia a dia, criando novas situações ou expressões como: *uber, airbnb, paypal, google wallet, bitcoin, avatar,* que vêm determinando um efeito dominó entre o novo e o existente, e alterando também a forma como se concebe o comércio e o investimento, a organização e gestão empresarial ou os sistemas de trocas e de pagamento.

Esta transformação digital das condições de mercados, dos negócios e o seu reflexo nos comportamentos e expetativas dos clientes desafia o decisor privado a repensar a presença no mercado, o modelo de negócio, a matrix de risco e a proposta de valor, no sentido de dar satisfação às necessidades colocadas por este novo contexto. Igualmente, o decisor público é desafiado a adaptar o enquadramento institucional e legal da organização de mercado, no sentido de combinar a maximização dos múltiplos benefícios sociais com a minimização das ameaças e perigos, incluindo os da sua utilização indevida.

No sector bancário, as alterações determinadas pelo digital têm impacto em toda a cadeia de valor e sujeitam à condição de obsolescência conceções e padrões de negócio há muito vigentes. Um domínio em que este impacto é mais intenso é o dos métodos de pagamento, posto que se afirmou paulatinamente o que vem sendo designado por “*cashless society*”. Ou seja: o ambiente operativo no qual os pagamentos são realizados através da utilização de meios eletrónicos substitui crescentemente a utilização de notas, moedas e cheques. Estes meios de pagamento vêm-se diversificando devido ao surgimento de novos métodos, entre eles os pagamentos móveis (*m-payment*s), as moedas digitais (*digital currencies*) e as moedas virtuais (*virtual currencies*).

Alvorada do dinheiro digital

Em 2015/16 intensificou-se o envolvimento de Estados, organizações internacionais e grandes empresas com o dinheiro digital. Como assinalou o *Financial Times* - no excerto que se transcreveu no início do texto - entreabre-se no horizonte a tendência de acordo com a qual “*the world is moving towards use of digital currencies*”.

A confirmar este sentido de evolução, existem notícias que indicam que o *Riksbank*, banco central da Suécia, está a ponderar a emissão de uma moeda digital nacional – o *e-krona* – a concretizar num horizonte temporal de dois anos, no sentido de responder à queda significativa na utilização de dinheiro vivo.

Na China está em curso o processo de emissão da moeda virtual nacional, com o propósito de reduzir os custos de transação e reforçar a luta contra os fluxos financeiros ilícitos.

Na Alemanha, em 2013, a *bitcoin* foi legalizada e qualificada como instrumento financeiro, incluindo para efeitos fiscais, tendo o Japão, em 2014, iniciado uma trajetória legislativa centrada nos novos meios de pagamento, no reconhecimento das moedas virtuais, e instituído o curso legal da *bitcoin* que entrou em vigor em abril de 2017.

“Outra preocupação central deverá ser a de analisar os perigos para a segurança nacional, decorrentes da sua utilização indevida, privilegiando para isso as vertentes da proteção dos consumidores, da prevenção do branqueamento, da evasão fiscal, do financiamento do terrorismo e das armas de destruição em massa, em especial perpetradas através do cibercrime.”

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

“O banco central da Suécia está a ponderar a emissão de uma moeda digital nacional (...). Na China está em curso o processo de emissão da moeda virtual nacional (...). Na Alemanha, em 2013, a bitcoin foi legalizada e qualificada como instrumento financeiro (...) tendo o Japão, em 2014, iniciado uma trajetória legislativa centrada nos novos meios de pagamento (...) e instituído o curso legal da bitcoin (...). Na Suíça, os caminhos-de-ferro massificaram o uso da criptomoeda (bitcoin).”

Na Suíça, os caminhos-de-ferro massificaram o uso da criptomoeda (*bitcoin*) permitindo a sua utilização nos terminais de pagamento da compra de bilhetes [2], sinalizando que é real a adesão das grandes empresas.

É indiscutível que todas estas novas realidades, entendidas na vertente de meios de pagamento ou na vertente de classe de ativos, dão origem a riscos que importa conhecer, compreender e ponderar do ponto de vista do seu impacto estratégico e operacional na comunidade, em especial na competitividade da internacionalização empresarial a partir de Portugal - em particular no sector bancário - e da coesão social.

Risco aqui entendido em linha com o sentido de uma construção fabricada pelo homem societário, cujo conteúdo consiste numa combinação de perigo, mas também de oportunidade. Devido a isto, é crítico para a gestão de risco identificar com precisão as fontes que o podem originar, bem como o perfil de apetite ou aversão à sua exposição.

Contribui-se, deste modo, para incorporar no governo societário a estratégia de gestão de risco adequada e modelar o controlo interno no sentido de maximizar o valor da instituição financeira, reforçar a confiança do público e os laços de pertença na comunidade em que se integra, tendo em vista elevar a perceção dos *stakeholders* sobre o sentido de responsabilidade social corporativa na gestão de risco e na implementação efetiva das boas práticas relativa à introdução de inovação financeira, à privacidade e proteção de dados pessoais e à luta contra os fluxos financeiros ilícitos.

Com base na ponderação de tudo o que se mencionou, opta-se nesta oportunidade por alertar para a necessidade de ser ponderado entre nós o impacto do dinheiro digital, entendido como método de pagamento e como classe de ativos, no sector empresarial, em particular nos serviços bancários, assim como na economia e nas finanças públicas, no sentido de lograr uma posição de vantagem comparada no seio da UE, de maior eficiência na alocação de recursos, de diversificação/modernização do aparelho produtivo nacional e de subida na cadeia de valor.

2 - Recomenda-se a visita à página do sítio dos SBB CFF “Make quick and easy purchases with Bitcoin”. Clicar aqui: https://www.sbb.ch/en/station-services/services/further-services/bitcoin.html

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Para deste modo favorecer a atempada compreensão estratégica do seu potencial para o melhoramento da economia portuguesa, em especial a articulação com as prioridades nacionais da recuperação do sector bancário e do crescimento económico inclusivo, em prol de coesão e justiça social.

Identificando também a sociedade com a mudança em curso, predispondo-a à inovação socioeconómica, tecnológica e jurídica. Assim reforçando a capacidade de resposta nacional aos potentes desafios da era do dinheiro digital, atualmente em fase embrionária, mas em rápida evolução como demonstram os desenvolvimentos em curso nas moedas virtuais a que se fez referência, além de outros mais.

Outra preocupação central deverá ser a de analisar os perigos para a segurança nacional, decorrentes da sua utilização indevida, privilegiando para isso as vertentes da proteção dos consumidores, da prevenção do branqueamento, da evasão fiscal, do financiamento do terrorismo e das armas de destruição em massa, em especial perpetradas através do cibercrime.

Reafirmo, neste sentido, a importância de uma cultura organizacional de prevenção através do controlo interno das empresas, em especial nas instituições financeiras, do reforço das competências de *risk intelligence* e *due diligence*, e de ser dado exemplo público de que na avaliação de negócios o valor da reputação prevalece sobre o valor do lucro.

Reputação e sustentabilidade

Na ponderação de tudo o que especifiquei e de outras razões que não cabe referir agora, venho advogando a criação de um ecossistema de micro e PME com âncora no desenvolvimento do dinheiro digital, de sistemas de trocas e de pagamentos baseados em *digital currencies* e de cibersegurança, áreas cujo potencial de oportunidade é imenso para gerar coesão e justiça social através do crescimento económico inclusivo, revitalizar o sector financeiro e colocar Portugal e as micro e PME no centro nevrálgico da economia digital e do circuito do dinheiro.

Tal objetivo deverá ser operacionalizado através de um pacote de incentivos de base fiscal, válidos por 20 anos e aplicáveis às cadeias de valor digital a especificar, e à afirmação de Portugal como *interface* na CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Faço notar que este Pacote para as PME, Dinheiro Digital e CPLP, que propus em anterior oportunidade[3], exige medidas não convencionais, algumas dependentes de uma negociação no quadro da UE/Auxílios de Estado, legitimada, a meu ver, entre outros fundamentos, no agravamento da condição periférica de Portugal, desencadeada pelos choques assimétricos adversos com origem no aprofundamento da integração europeia ligada ao compacto orçamental, e ao ambicioso plano da UE referente à tributação empresarial.

Como igualmente venho fazendo notar[4], o Pacote que advogo deverá ser articulado com a criação de um programa de *country (re)branding* orientado pela recuperação da confiança internacional e europeia no País, com foco na promoção de uma reputação de transparência, de tolerância zero com os fluxos financeiros ilícitos, e de inovação, em especial *fintech innovation* por forma a tirar partido da dinâmica da *Websummit*. Programa este cuja oportunidade e relevância se auto explica nos factos indesejáveis de todos conhecidos e que continuam a influenciar negativamente o capital reputacional do País, prejudicando a atração e fixação de comércio, investimento e emprego qualificado e duradouro a partir de Portugal.

Assim se aproveitam circunstâncias irrepetíveis para fazer das fraquezas força, e reabilitar decisivamente o *soft power* e *country branding* de Portugal, centrando-o na transparência, competitividade e inovação para benefício da reputação e sustentabilidade da economia portuguesa, da licença social do sector bancário e do bem-estar da população. ■

3 - "Um Pacote para as PME, Dinheiro Digital e CPLP", Jornal Expresso, edição n.º2297 de 5.11.2016.
4 - Por exemplo na intervenção efectuada nas 3ª Jornadas de Fiscalidade promovidas, pela Ordem dos Economistas e pela PwC, Porto, 11.03.2017.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

NOVO WORKSHOP...

BANCA, DINHEIRO DIGITAL
e NOVOS MEIOS DE PAGAMENTO

20 SETEMBRO'17 | LISBOA

[ORADOR] Nuno Sampayo Ribeiro

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE **BANCOS**

Informações:
Teresa Corales
e-mail: t.corales@ifb.pt

Liderar pelo Exemplo

José Bancaleiro

É licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa. Fez diversos cursos de pós-graduação entre os quais o de Gestão de Recursos Humanos (Instituto Superior de Gestão, ISG), o de Magistrado Judicial (Centro de Estudos Judiciários, CEJ) e o MBA de Marketing (Universidade Católica Portuguesa). É atualmente Doutorando em Ciências do Trabalho (Univ. Cadiz). Foi Diretor de recursos humanos de várias organizações de setores distintos. Atualmente é *Managing Partner* da *Stanton Chase.* Tem lecionado disciplinas ligadas a Gestão de Recursos Humanos em pós-graduação e MBA de diversas universidades públicas e privadas.

"Não há modo de mandar, ou ensinar mais forte, e suave, do que o exemplo: persuade sem retórica, impele sem violência, reduz sem porfia, convence sem debate, todas as dúvidas desata, e corta caladamente todas as desculpas. Pelo contrário, fazer uma coisa, e mandar, ou aconselhar outra, é querer endireitar a sombra da vara torcida."

Estas palavras foram escritas pelo Padre Manuel Bernardes, escritor, orador e religioso nascido em Lisboa em 1644, no seu livro "Luz e Calor". Duma forma simples e clarividente, ele defendeu há mais de três séculos aquilo que muitos defendem hoje ser uma das mais modernas teorias da liderança, i.e., a liderança pelo exemplo.

De facto, todos sabemos que, para o bem ou para o mal, as ações falam mais alto que palavras, principalmente quando se trata de reforçar valores, orientar comportamentos e de estimular as energias de outras pessoas. Mais do que discursos, campanhas, cartazes ou apresentações em *powerpoint*, as pessoas valorizam a forma como o líder reage perante problemas concretos e as ações que pratica no dia a dia. Como dizem os anglo-saxónicos, é fundamental *"to walk the talk".*

Mas, se pensarmos bem, toda a liderança é pelo exemplo. Não há liderança sem visibilidade (real ou "trabalhada"), pelo que os valores, atitudes e ações transmitidas pelo líder servem como uma espécie de farol que indica o caminho dos que o seguem. Se o líder falar repetidamente da importância dos clientes, mas, na primeira dificuldade, os desvalorizar, os seus colaboradores tenderão a fazer o que ele faz e não o que ele diz.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Quer queira quer não, tudo aquilo que um pai, um chefe ou um líder político faz ou não faz é inevitavelmente observado pelos seus filhos, pela sua equipa ou pelos seus cidadãos e considerado como um modelo a seguir e, frequentemente, a imitar.

Um pai que ensine a tolerância aos seus filhos e tenha atitudes de desrespeito pelos outros gerará adultos intolerantes. Um gestor que proclame a qualidade e escolha matérias-primas e fornecedores apenas pelo preço mais barato promoverá uma cultura e produtos de má qualidade. Um primeiro-ministro que apregoe o rigor e a verdade e pratique o esbanjamento e o embuste desenvolverá seguidores corruptos e perdulários. Como diz o ditado, "as palavras movem e os exemplos arrastam".

"Tudo aquilo que um pai, um chefe ou um líder político faz ou não faz é inevitavelmente observado pelos seus filhos, pela sua equipa ou pelos seus cidadãos e considerado como um modelo a seguir e, frequentemente, a imitar".

Em tempos difíceis como os que vivemos ou perante novas gerações mais educadas e mais demandantes, o líder não pode limitar-se a "dar ordens". As pessoas exigem verdade, compromisso e coerência. Verdade significa partilhar as razões, o processo e os objetivos. O compromisso é traduzido através da consignação dos meios e do empenho e valorização dos resultados. Coerência implica um comportamento do líder (exemplo) consistente e continuado de alinhamento com os objetivos fixados.

Considero que a coerência constitui o núcleo central da credibilidade de qualquer líder, surgindo da conjugação entre pensamentos, sentimentos, palavras e ações que, alinhados e continuados, originam os valores fundamentais de cada pessoa. Os factos são claros, ou você lidera dando o exemplo ou, simplesmente, não lidera. Nos tempos que correm deixou de ser possível o "faz o que eu digo e não o que eu faço". Agora estamos em tempo de, como ensinava São Tomé, "ver para crer".

Que exemplos tem dado?

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

A Banca e a Quarta Revolução Industrial - II

"Eu acredito que devemos desenvolver os nossos recursos humanos, e a tecnologia deve ser apenas um complemento."

Shashi Tharoor (político e diplomata)

Nuno Lima

É Consultor do Centro de Assessoria Económica e Financeira da Associação Portuguesa de Bancos, na área da Supervisão Comportamental, desde março de 2015. A sua atividade profissional no sector financeiro iniciou-se em 1993 com experiência em várias áreas de negócio, tendo também trabalhado em consultoria de empresas. Desde 2008, o foco da sua atividade profissional é a Supervisão Comportamental *(Market Conduct)* e Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. É licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Na sequência do primeiro artigo publicado em janeiro deste ano, onde se identificaram os aspetos e impactos de âmbito mais geral da revolução tecnológica atual sobre a estrutura e o desenvolvimento da sociedade, as atividades económicas, e o sector bancário em particular, entende-se dedicar esta segunda reflexão ao papel dos recursos humanos neste novo e desafiante ambiente.

De facto, a crescente componente tecnológica que é embebida nos modelos de negócio agiliza a interação interna, permite obter e trabalhar informação relevante e tempestiva sobre os clientes e as transações, e gera métricas de desempenho com maior rigor.

Assim, uma das preocupações estratégicas das instituições tem sido o balanceamento adequado entre a automatização de procedimentos e a necessidade de recursos humanos capacitados para lidar com as novas soluções aplicacionais/interativas, através da formação interna/externa, se bem que, e pelos motivos que todos conhecemos, o sector bancário tem passado por processos de restruturação – por vezes – transversais e com consequências ao nível do número de colaboradores.

Por outro lado, a "virtualização" crescente de alguns aspetos da atividade bancária levanta questões adicionais, tais como:

- Qual a sustentabilidade/viabilidade de redes comerciais físicas vs. valorização crescente dos canais remotos? A interação remota exige competências diferentes/complementares das que são utilizadas na vertente presencial – deverão ser considerados novos vetores formativos?
- Qual o grau de disseminação da literacia tecnológica na organização, e como valorizar as competências já existentes?
- Haverá que especializar – ainda mais os gestores de relação, consoante o tipo de interação/canal de contacto utilizado pelos clientes, em função das suas características, interesses e objetivos?

Certamente que a resposta a estas questões surgirá do binómio entre a qualidade dos recursos humanos e a própria dinâmica da sua gestão no quadro da estratégia das instituições, atendendo também ao que poderá ser aportado pelas novas gerações.

Não nos esqueçamos que a alteração das metodologias de avaliação escolar aplicadas desde o primeiro ciclo, em que a quase exclusiva preponderância dos testes escritos tem sido gradativamente balanceada com a ponderação da apresentação de projetos e trabalhos temáticos (individualmente ou em grupo), e uma formação universitária crescentemente voltada para a experimentação prática e demonstração de capacidades de decisão, num ambiente pedagógico já de si aditivado pelas novas tecnologias, gerará novas competências nos profissionais que chegam ao mercado de trabalho, cujo alcance e consequências será interessante conhecer. ■

"Uma das preocupações estratégicas das instituições tem sido o balanceamento adequado entre a automatização de procedimentos e a necessidade de recursos humanos capacitados para lidar com as novas soluções aplicacionais/interativas."

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

A Informação ao Serviço da Economia Portuguesa

> **“ Estima-se que atualmente produzimos em menos de dois dias a mesma quantidade de informação que foi gerada desde o início da civilização humana até ao ano de 2003 ”**

Vasco Monteiro

É Consultor da Associação Portuguesa de Bancos (APB) desde julho de 2011 e responsável pela área técnica e de conteúdos do *Portugal Economy Probe.* Iniciou a sua atividade profissional em 1999 na área de gestão de projetos relacionados com telecomunicações e teve uma experiência numa startup na área de reciclagem antes de entrar na APB. É atualmente Docente Convidado na NOVA IMS – *Information Management School* da Universidade Nova de Lisboa nas disciplinas de Gestão do Conhecimento, *Social Media Intelligence e Social Network Intelligence.* É mestre em Gestão de Informação pela NOVA IMS.

Copyright © 2017 by IEB/APB, Lisbon

"O nosso planeta está para a informação, como um buraco negro está para a matéria e como uma estrela está para a energia. É no nosso planeta que a informação vive, onde ela cresce e se esconde, num universo de resto praticamente estéril."

Hidalgo, César (Why Information Grows. The Evolution of Order, from Atoms to Economies, 2015)

Como César Hidalgo refere, "é no nosso planeta que a informação vive, onde ela cresce (...)". Vive e cresce tão intensamente que se estima que atualmente produzimos 5 *exabytes* de dados em menos de dois dias, a mesma quantidade de informação que foi gerada desde o início da civilização humana até ao ano de 2003.

Este volume de dados, que aumenta a cada dia, deveu-se à revolução que tivemos com o aparecimento e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, principalmente da *internet* e mais tarde das redes sociais e dos dispositivos móveis. O uso destas fez com que hoje estejamos em constante conectividade e interatividade com os outros, gerando uma enorme quantidade de dados.

Essa quantidade de dados provém de diversas fontes, desde as redes sociais que usamos, às compras que efetuamos *online,* mas também através dos nossos cartões de cliente do supermercado, dos sensores que usamos para pagar as portagens ou através da *box* que temos em casa para ver televisão.

Para percebermos a dimensão da criação de dados, em 2016 estima-se que, em cada minuto, existiram 2,4 milhões de pesquisas no *Google;* 150 milhões de *e-mails* enviados, mais de 700 mil pessoas ligadas no *Facebook,* 2,8 milhões de vídeos visualizados no *YouTube*, 69 mil horas de filmes ou séries visualizadas no *Netflix*, 38 mil horas de música ouvidas no *Spotify,* mais de 20,8 milhões de mensagens trocadas no *WhatsApp,* 51 mil aplicações compradas na *App Store* e mais de 200 mil dólares em compras na *Amazon,* só para mencionar algumas fontes de dados[1].

Aliás, a grande revolução que estas tecnologias nos deram foi a humanidade passar a ser uma rede interconectada de sensores, uma rede de mais de 7 mil milhões de sensores, onde cada um de nós, equipado com os nossos sentidos e com estes novos dispositivos, fornece dados sobre tudo o que nos rodeia em tempo real.

Mas viver neste planeta onde a informação vive e cresce a cada hora, a cada minuto e a cada segundo não é fácil do ponto de vista de tomada de decisão. Não é fácil porque o nosso tempo para pesquisar, recolher e analisar a mesma é escasso. Mas, além do tempo ser escasso, existe a escassez de um outro recurso que advém deste mundo interconectado onde a informação cresce, a atenção humana.

1- *Excelecom (2016 update: What happens in one internet minute, 2016)*

Despertar a atenção dos mercados financeiros para a realidade portuguesa

Com o objetivo de direcionar a atenção humana, mais especificamente, a atenção dos mercados financeiros para a realidade portuguesa, foi lançado em março de 2012 e disponibilizado em *www.peprobe.com*, o *Portugal Economy Probe* (*PE Probe*), um *site* em inglês especializado em informação económica e financeira sobre a economia portuguesa, sistema financeiro, empresas e sectores.

A fase de criação e lançamento do *PE Probe* coincidiu com o momento em que Portugal tinha acabado de assinar um plano de assistência económica e financeira com a União Europeia e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), baseado em três pilares fundamentais: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa. Nesta altura, o interesse sobre Portugal aumentou, mas a informação que era veiculada pela imprensa internacional era muitas vezes pouco fundamentada e transmitia uma imagem muito negativa do país.

Na altura, os mercados financeiros internacionais tinham dificuldade em aceder a informação atualizada sobre a economia portuguesa, visto o processo de pesquisa ser difícil e moroso e por não estarem familiarizados com a estrutura institucional estatística existente em Portugal, obrigando-os a realizarem esforços significativos para encontrarem fontes de informação originais e credíveis. Estes fatores, aliados ao tempo insuficiente que estas instituições investiam em conhecer a realidade portuguesa, faziam com que a sua perceção fosse tipicamente incompleta, desatualizada e influenciada pela informação veiculada pela imprensa internacional.

Com o objetivo de colmatar esta lacuna e contribuir para a construção de uma percepção mais realista de Portugal, criou-se o *site PE Probe* de forma a transmitir uma imagem real e equilibrada do nosso país e fornecer um correto conhecimento da sua economia, do seu sistema financeiro e empresarial. Este *site* reuniria, num só local, informação relevante de difícil acesso e consulta, produzida em inglês.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

O *site PE Probe* foi criado para transmitir uma imagem real e equilibrada do nosso país e fornecer um correto conhecimento da sua economia, do seu sistema financeiro e empresarial.

Assim, a informação foi organizada e disponibilizada no *site* de forma a ir ao encontro das necessidades dos principais públicos-alvo definidos: os mercados financeiros (e.g. agências de *rating*, bancos de investimento, analistas financeiros, reguladores, *investor relations*); instituições europeias (e.g. Comissão Europeia; Parlamento Europeu) e multilaterais (OCDE, Banco Mundial, FMI); decisores políticos; embaixadas e consulados; jornalistas económicos; académicos e estudantes.

Autoridade, objetividade, rigor, cobertura e atualidade da informação

O *PE Probe,* não trabalhando com a imensidão de dados gerados diariamente nas redes sociais, trabalha com uma extensão de informação, dispersa por inúmeras fontes que produzem relatórios e estatísticas sobre a economia portuguesa. Aqui está a mais-valia deste *site*: a curadoria de informação, de múltiplas fontes de informação num único local.

Além desta mais-valia, o *Portugal Economy Probe* norteia-se por cinco princípios fundamentais na disponibilização da sua informação: autoridade, objetividade, rigor, cobertura e atualidade. A autoridade está na qualidade dos organismos portugueses e internacionais que são as fontes do *site*, as quais são especialistas de renome na área, contando-se com mais de 260 fontes de informação. A objetividade é dada pela apresentação de informação de forma factual e sem opinião. O rigor está na informação disponibilizada, com uma abordagem abrangente e com profundidade, e a sua cobertura na forma como a mesma foi indexada e documentada de forma a ser de fácil acesso. Para finalizar, a informação disponibilizada no *PE Probe* é atualizada diariamente.

A informação disponibilizada é também gratuita, pois o *PE Probe* é uma iniciativa da sociedade civil sem fins lucrativos, apoiada por importantes instituições de diversos sectores da economia portuguesa – Associação Portuguesa de Bancos, EDP, Estoril Sol, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Oriente, Galp Energia, Impresa e REN - e conta com o Alto Patrocínio da Presidência da República Portuguesa, o que reforça também a autoridade do *site* nas áreas económicas e financeiras e acima de tudo a sua independência.

Desde o seu lançamento em inglês, em março de 2012, o *Portugal Economy Probe* evoluiu de forma a ir ao encontro das ne-

A informação disponibilizada é gratuita, pois o PE Probe é uma iniciativa da sociedade civil sem fins lucrativos, apoiada por importantes instituições de diversos sectores da economia portuguesa.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

www.peprobe.com

“Hoje, terminado o plano de assistência económica e financeira, continua a ser importante disponibilizar e disseminar informação sobre Portugal. O correto conhecimento da realidade portuguesa, através da disponibilização de informação verdadeira, objetiva, abrangente, rigorosa, relevante e atualizada é, e será sempre, uma forma eficaz da promoção da imagem do nosso país no exterior, com consequências positivas para a nossa economia.”

cessidades dos seus utilizadores. Em abril de 2014, adicionou uma versão em português, para fornecer informação de uma forma mais prática aos utilizadores dos países lusófonos e de Portugal. Em abril de 2015, lançou um *micro-site* em chinês, respondendo à intensificação das relações sino-portuguesas. E, mais recentemente, incluiu uma nova secção sobre Inovação Social em Portugal, com toda a informação sobre o terceiro sector da economia nacional.

Acesso rápido a conteúdos abrangentes

O *site PE Probe* disponibiliza a informação distribuída por sete tópicos principais: conjuntura económica, estado e governo, reformas estruturais e *troika*, banca e seguros, mercados financeiros, empresas e negócios e famílias e bem-estar. Cada tópico dispõe de um número de temáticas, facilitando assim o acesso mais rápido aos seus conteúdos.

O *PE Probe* permite aos utilizadores disporem de estatísticas e relatórios mais detalhados sobre cada uma das temáticas em ambiente de leitura e impressão facilitada, disponibilizados no dia da sua emissão; de uma compilação diária de notícias na imprensa portuguesa e estrangeira e de uma agenda com os acontecimentos económicos mais relevantes.

O *PE Probe* difunde as suas atualizações através de alertas diários via *e-mail* e através das redes sociais *(Facebook, Twitter, Linkedin)*. Deste modo, os utilizadores dispõem de meios práticos que lhes permite estarem sempre atualizados sobre o estado da economia portuguesa, de uma forma contínua e sem esforço. Além disso, os utilizadores que se registem recebem mensalmente uma resenha do que de mais relevante se passou no mês transato.

Atualmente, o *PE Probe* disponibiliza um arquivo abrangente da economia portuguesa, produzido maioritariamente entre 2012 e 2017, com mais de 9.000 documentos e estatísticas, mais de 14.500 notícias e mais de 3.500 eventos de calendário sobre a economia portuguesa.

Mais de 355 mil utilizadores

O balanço dos cinco anos de vida do *PE Probe* é bastante positivo, com mais de 355 mil utilizadores únicos. Estes utilizadores provêm maioritariamente de Portugal, Estados Unidos, Reino Unido, Brasil, Espanha, França, Alemanha, China, Bulgária e Índia. As principais cidades de onde os utilizadores provêm no estrangeiro são Londres, Sófia, São Paulo, Nova Iorque, Madrid, Paris, Bruxelas, Washington, Hong Kong e Pequim, onde se incluem as principais praças financeiras e importantes centros de decisão política.

Entre as instituições internacionais que mais utilizaram esta ferramenta encontram-se o *US Department of State*, a Comissão Europeia, o *BNP Paribas*, a *PriceWaterHouse Coopers,* a *Moodys*, o *JP Morgan Chase & Co*, a *Fitch*, a OECD, *Banco Bilbao Vizcaya* e o *Deutsche Bank* e, nas instituições nacionais, a Unidade de Tecnologia de Informação de Segurança, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, a Rede Escolar, a Secretaria Geral do Ministério da Economia, a IQS Consultoria, a Universidade Católica Portuguesa, o Instituto de Formação Bancária, o Banco BPI, o Montepio Geral e a Universidade do Porto.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

De seguida encontram-se comentários de alguns utilizadores, que demonstram que o modo como a informação do *PE Probe* é recolhida e tratada garante não só uma base sólida e credível de informação, mas também é uma peça fundamental na tomada de decisão.

*"Permite-me ter uma **visão atual e diária** do que de **mais relevante se passa na economia e no mundo empresarial portugueses** e, particularmente, da forma como estes **interagem e se integram** no panorama europeu e mundial…".*

*"… a facilidade de navegação aliada a uma **constante renovação de informação** faz com que este portal seja uma **excelente ferramenta de trabalho para os empresários e os investidores internacionais** que pretendam aprofundar os conhecimentos sobre a realidade económica de Portugal."*

***"Recomendo fortemente** o uso de PE Probe por ser uma excelente ferramenta de trabalho que permite o acesso rápido e fácil a **dados essenciais sobre Portugal e sobre o estado da economia e das finanças públicas** bem como o acesso intuitivo a estudos e publicações oficiais relevantes. PE Probe ajuda-me verdadeiramente a filtrar a grande quantidade de informação disponível vinda de uma ampla variedade de fontes, poupando-me muito tempo e esforço …"*

Este reconhecimento não é apenas dado pelos utilizadores, mas também pelo mercado. Em 2014 o *PE Probe* foi vencedor do *Euronext Lisbon Awards* na categoria de *Best Capital Market Promotion Event Dedicated to Institutional Investors* e em 2016 recebeu a menção honrosa do *Euronext Lisbon Awards* na categoria *Financial Innovation* 2016 pelo lançamento da versão em chinês.

Hoje, terminado o plano de assistência económica e financeira, continua a ser importante disponibilizar e disseminar informação sobre Portugal. O correto conhecimento da realidade portuguesa, através da disponibilização de informação verdadeira, objetiva, abrangente, rigorosa, relevante e atualizada é, e será sempre, uma forma eficaz da promoção da imagem do nosso país no exterior, com consequências positivas para a nossa economia.

Torna-se, no entanto, imperativo refletir sobre o futuro da disseminação da informação, seja esta de cariz económico ou outro. A sua disponibilização deverá sempre nortear-se pelos três princípios básicos da aprendizagem: deve ser a suficiente, deve ser disponibilizada a tempo e a quem a necessita (*just enough, just in time, just for you*). Só assim, conseguiremos viver neste mundo onde a informação vive e cresce a cada segundo. ■

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

NOVO WORKSHOP...

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Novos Modelos do SNC

19 OUTUBRO'17 | LISBOA
26 OUTUBRO'17 | PORTO

[ORADOR] João Maria Teixeira

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Informações:
Teresa Corales
e-mail: t.corales@ifb.pt

EMW 2017: o 'tiro de partida' para um ano pleno de iniciativas

Mais de 18 mil iniciativas desenvolvidas entre 27 e 30 de março chegaram a mais de 560 mil jovens em toda a Europa.

A Associação Portuguesa de Bancos (APB) voltou este ano a associar-se à *European Money Week (EMW)*, iniciativa da Federação Bancária Europeia que juntou as associações bancárias de mais de 30 países europeus que desenvolveram inúmeras e diferenciadas iniciativas na semana de 27 a 30 de março, tendo mais uma vez como público-alvo principal as crianças e jovens.

Em conjunto, nestas iniciativas, foi possível chegar a mais de 560 mil jovens em toda a Europa (face aos 350 mil de 2016), do ensino básico ao secundário, com mais de 18 mil eventos realizados (entre aulas de literacia financeira, seminários e muitas outras atividades).

Em Portugal, a associação e o seu Grupo de Trabalho de Educação Financeira – que reúne vários bancos associados - quis ir ainda mais longe no alcance desta fundamental iniciativa de sensibilização para a importância da literacia financeira e procurar continuar a inovar nas atividades desenvolvidas.

Em lugar de irmos às escolas, convidámos os alunos a visitar os bancos que abriram as suas portas para que fosse possível conhecer os bastidores destas instituições que desempenham um papel tão importante na economia e na sociedade e perceber melhor o que fazem e como funcionam. O projeto foi desenvolvido em conjunto com a *Junior Achievement*, parceira da APB a partir de 2017.

Pela representatividade que têm na banca nacional, uma vez que são os maiores bancos do mercado, CGD, Millennium bcp, Novo Banco e Santander Totta levaram a cabo, em nome de todo o sector, esta iniciativa. Vinte alunos, divididos em quatro grupos de cinco elementos cada, provenientes de vários estabelecimentos de ensino, tiveram a possibilidade de conhecer estas instituições, numa visita conduzida, em parte, pelos próprios presidentes executivos com quem tiveram oportunidade de conversar e fazer perguntas.

Procurou-se conseguir alguma diversidade nas seis escolas escolhidas, que eram assim tanto do ensino público como do privado, regular ou profissional. Todas da região de Lisboa.

Balanço positivo

O balanço não podia ser mais positivo. Os alunos – todos do ensino secundário – puderam visitar salas de mercado, *call centers*, centros de inovação de produto, academias de formação de pessoal, salas de conselho de administração, agências e centros de gestão de banca *on-line*.

E porque as iniciativas de sensibilização pressupõem que se chegue ao maior número de pessoas possível, tal foi sobejamente conseguido através do interesse suscitado junto dos *media*.

No papel, a revista Visão, e na televisão, a TVI, estação com maior audiência em Portugal, tiveram equipas a

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

A parceria permitirá levar a mais de mil alunos do ensino básico e secundário ações de Educação Financeira até 2018.

acompanhar, na íntegra, as várias visitas dos alunos aos quatro bancos, que resultaram em duas extensas reportagens nos respetivos meios. Também na rádio foi possível passar a mensagem. A Renascença recebeu em horário nobre, no programa das manhãs, a responsável pelo Grupo de Trabalho de Educação Financeira da APB e vários alunos que estiveram presentes nas visitas aos bancos. Em conjunto, conversou-se sobre a experiência e foi ainda possível responder a questões de literacia financeira dos ouvintes.

Parceria da APB com a *Junior Achievement*

No entanto, o trabalho no terreno ainda agora começou. Um dos objetivos para este ano é o de intensificar drasticamente o trabalho desenvolvido junto das escolas, para poder trabalhar com os jovens de forma continuada e ao longo do ano.

E para que se possa complementar os projetos que a APB, em conjunto com o Instituto de Formação Bancária, já desenvolve junto de outros públicos-alvo igualmente relevantes, caso do público em geral – através de ações de literacia financeira na rede nacional de bibliotecas e do *site* Boas Práticas, Boas Contas – e dos jornalistas, junto dos quais são desenvolvidas ações de formação intensivas consideradas fundamentais para que este veículo tão importante de passagem de informação esteja o mais esclarecido possível.

Assim, a APB e a *Junior Achievement* (JA) Portugal celebraram uma parceria que permitirá levar a mais de mil alunos do ensino básico e secundário ações de Educação Financeira, destinadas a contribuir para o reforço dos conhecimentos dos jovens em matérias tão relevantes para a sua vida futura como a poupança, o crédito e os meios de pagamento.

A JA, organização sem fins lucrativos com presença em 122 países, está em Portugal desde 2005 tendo já envolvido mais de 250 mil alunos em atividades nas áreas da literacia financeira mas também de cidadania e ética, desenvolvimento de carreiras e empreendedorismo.

Os programas arrancam ainda no ano letivo presente, em maio, e prolongam-se, em maior escala, no próximo ano. Serão os voluntários dos dez bancos que integram o Grupo de Trabalho de Educação Financeira da APB e elementos da equipa do Instituto de Formação Bancária a realizar as ações, em parceria com a JA Portugal.

O trabalho a desenvolver junto das escolas será feito em diferentes formatos, com o objetivo de informar mas também de permitir que os alunos reflitam de facto e compreendam estes temas aparentemente complexos mas indispensáveis no dia a dia destes futuros adultos. ■

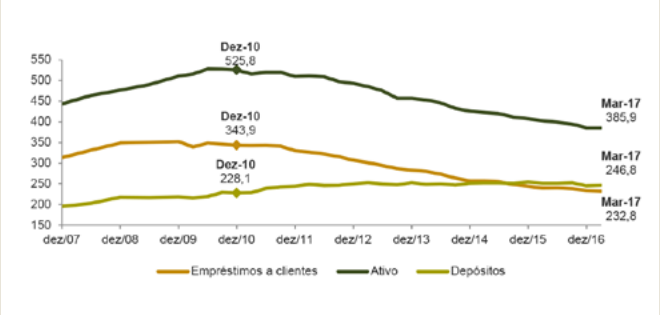
Rita Machado
Educação Financeira APB

Maria Ana Barroso
Comunicação e Imagem APB

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Snapshot do sector bancário e empresarial em Portugal

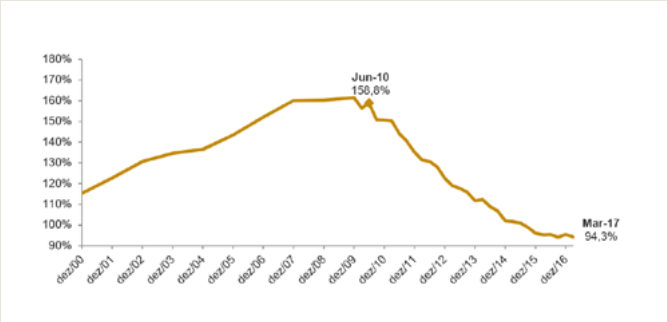
Sector bancário - Ativo, crédito a clientes e depósitos



Valores em mil milhões de euros — Fonte: Banco de Portugal

O balanço do sector bancário tem sofrido um processo de ajustamento significativo. O valor do ativo reduziu-se em aproximadamente 140 mil milhões de euros, face ao nível máximo atingido em dezembro de 2010. No mesmo período, os empréstimos a clientes caíram, aproximadamente, 111 mil milhões de euros e os depósitos aumentaram cerca de 19 mil milhões de euros.

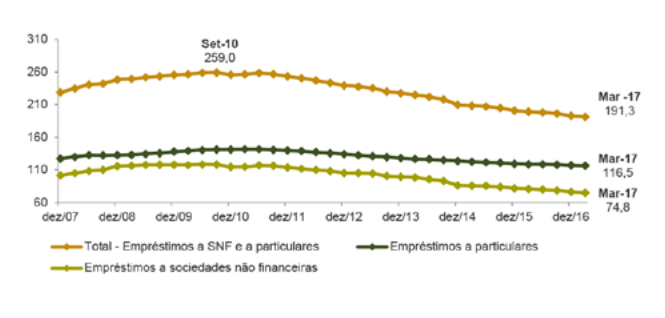
Rácio de transformação: Crédito a clientes / Depósitos



Fonte: Banco de Portugal

A diminuição do rácio de transformação reflete a desalavancagem desenvolvida pelo sistema bancário português. No âmbito do Programa de Assistência Financeira (PAEF), o Banco de Portugal recomendou aos oito maiores grupos bancários que reduzissem este rácio para 120% até ao final de 2014, um objetivo que foi suplantado.

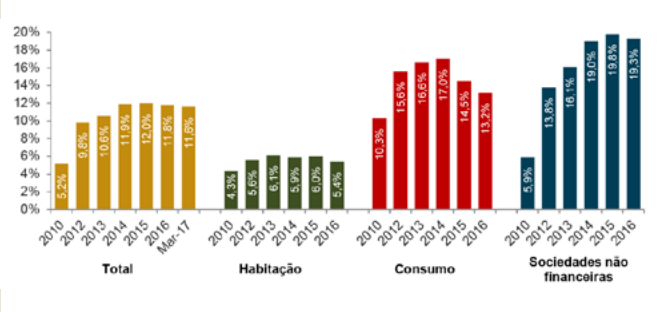
Empréstimos concedidos pelo sector financeiro a SNF e a particulares



Valores em mil milhões de euros — Fonte: Banco de Portugal

O volume de empréstimos à economia registou uma contração pronunciada entre 2010 e a atualidade, em particular no segmento de sociedades não financeiras (SNF). O stock de crédito a particulares e a SNF encontra-se no nível mais reduzido desde meados de 2006.

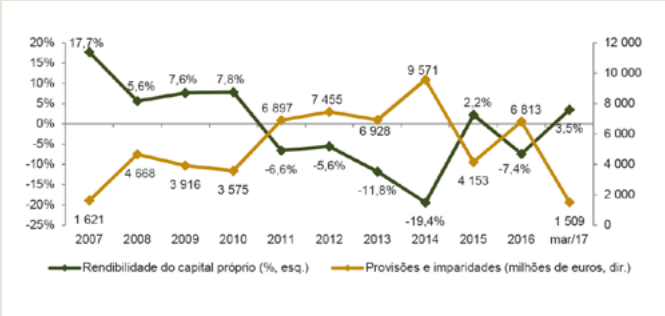
Crédito em risco por sector institucional



Informação desagregada por sector não disponível para março de 2017. — Fonte: Banco de Portugal

O nível de crédito em risco no sistema bancário nacional registou um aumento significativo entre 2010 e a atualidade, encontrando-se em níveis historicamente elevados. O acréscimo teve maior expressão nos segmentos de sociedades não financeiras e de crédito ao consumo. De referir que, a partir de 2015, o rácio de crédito em risco tem vindo a registar uma ligeira diminuição.

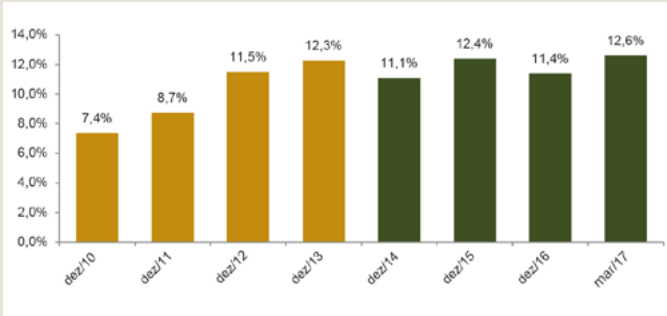
Rendibilidade do capital próprio e imparidades do sistema bancário português



Valores de março 2017 anualizados — Fonte: Banco de Portugal

O nível de rendibilidade do sistema bancário nacional foi fortemente impactado pelo elevado reconhecimento de provisões e imparidades, desde 2011. O nível de rendibilidade do sector permanece historicamente reduzido, tendo regressado a níveis positivos no primeiro trimestre de 2017.

Rácio Core Tier 1 / Rácio Common Equity Tier 1



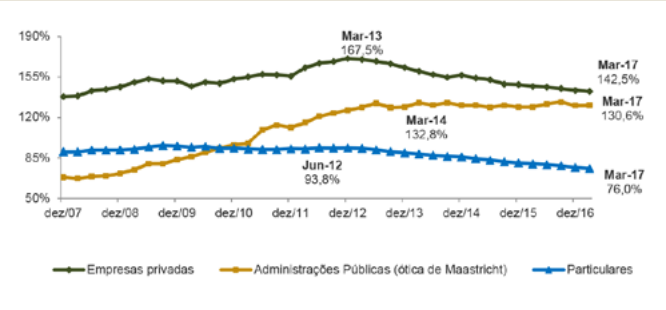
Fonte: Banco de Portugal

O rácio CET1 registou melhorias face a 2016 (+1,2 p.p.) e situou-se acima dos mínimos regulamentares (o regime estabelecido na CRR / CRD IV impõe, para 2017, um rácio CET1 de 4,5%, acrescido de um rácio de conservação de capital de 1,25%).

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

O *snapshot* do sector bancário e empresarial em Portugal apresenta um conjunto de métricas de balanço, de qualidade do crédito, de solvabilidade e de rendibilidade do agregado do sistema bancário português, bem como indicadores relacionados com os principais sectores institucionais da economia nacional, com particular ênfase na situação do sector empresarial em Portugal. As métricas utilizadas constituem informação pública, recolhida junto de instituições como o Banco de Portugal e o Banco Central Europeu.

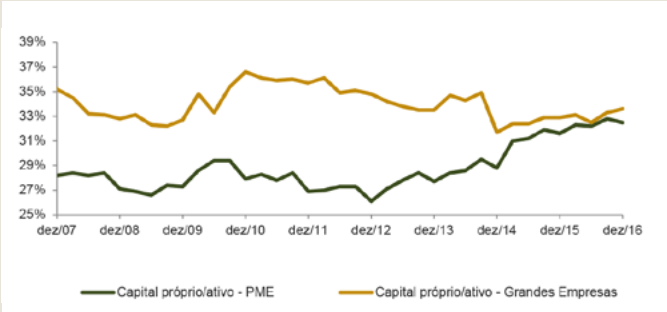
Dívida em % do PIB por sector institucional



Fonte: Banco de Portugal

O processo de desalavancagem dos diferentes sectores da economia portuguesa encontra-se em curso, sendo visível um ajustamento significativo no setor empresarial. No entanto, os níveis de endividamento permanecem, ainda, elevados quando comparados com a realidade europeia.

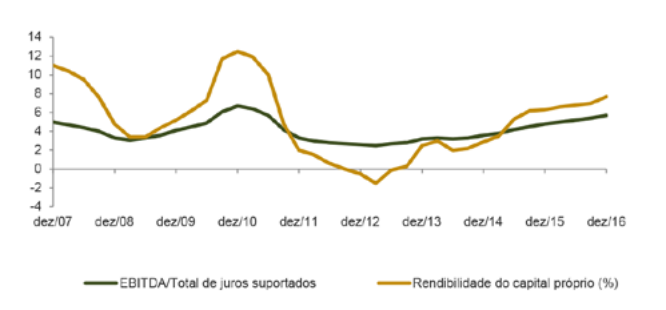
Sector empresarial - Autonomia Financeira (Capital próprio / Ativo)



Informação não disponível para março de 2017. Fonte: Central de Balanços, Banco de Portugal

O nível de capitalização das PME portuguesas registou melhorias entre 2012 e dezembro de 2016, aumentando de 26,5% para 32,5%. Desde Setembro de 2014, a convergência deste indicador, para as diferentes dimensões de empresas, acentuou-se.

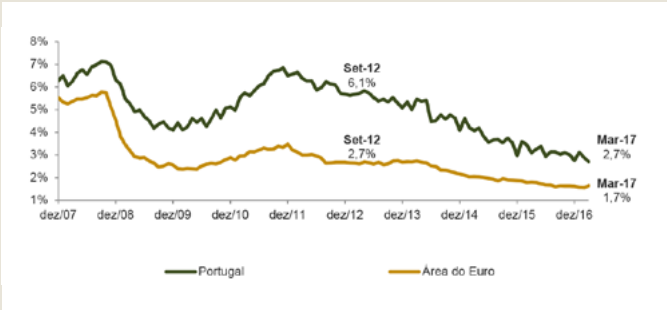
Sector empresarial - Rácio de cobertura dos juros e Rend. do cap. próprio



Informação não disponível para março de 2017. Fonte: Central de Balanços, Banco de Portugal

A recuperação do rácio de cobertura dos juros suportados, iniciada em 2013, foi favorecida quer pela evolução positiva dos níveis de rendibilidade do tecido empresarial português, quer pela queda dos encargos com juros.

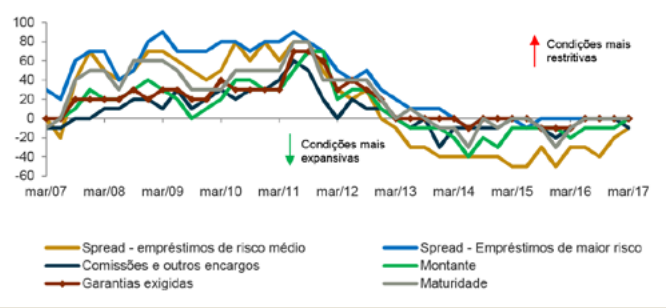
Taxas de juro praticadas em novas operações de concessão de crédito



Fonte: Banco Central Europeu

As taxas de juro dos novos empréstimos a sociedades não financeiras subiram, de forma pronunciada, no seguimento da crise da dívida soberana na Europa e, em particular, na seguência do PAEF, em Portugal. Desde meados de 2012, estas têm registado uma progressiva convergência para o nível médio praticado na área do Euro.

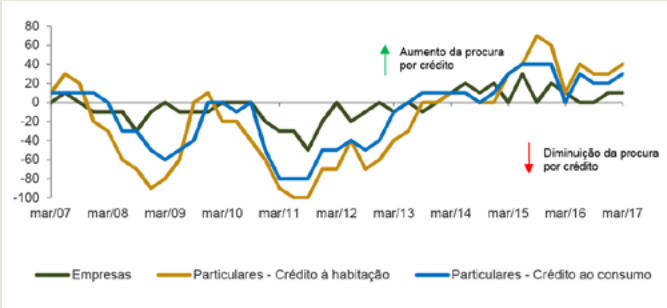
Oferta de crédito a empresas - Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito



Fonte: Banco de Portugal

O inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito proporciona uma análise qualitativa, face ao período precedente, da evolução de um conjunto de métricas associadas ao crédito à economia. Desde 2011, as condições de concessão de crédito, pelo sistema bancário nacional, têm-se tornado menos restritivas

Procura de crédito - Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito



Fonte: Banco de Portugal

De acordo com o inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito, no último trimestre, a procura de crédito aumentou no segmento de particulares e estabilizou no segmento empresarial.

Vera Flores
Centro de Assessoria Económica e Financeira, APB

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Sintese de indicadores do sector bancário

Comparação entre 2007 e 2011 - 2017 (1º Trimestre)

	2007	2011[1]	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	1º Trimestre
Dados de balanço (consolidado, EUR M, valores em final de período)								
Ativo total	**443.458**	**510.316**	**493.111**	**457.277**	**425.697**	**407.589**	**385.894**	**385.905**
Variação %	-	*15,1%*	*-3,4%*	*-7,3%*	*-6,9%*	*-4,3%*	*-5,3%*	*0,0%*
Empréstimos totais	**313.190**	**330.346**	**307.418**	**283.052**	**257.332**	**244.472**	**234.294**	**232.827**
Variação %	-	*5,5%*	*-6,9%*	*-7,9%*	*-9,1%*	*-5,0%*	*-4,2%*	*-0,6%*
Empréstimos a empresas[2]	101.610	113.808	105.361	99.359	85.920	81.535	76.037	74.847
Variação %	-	*12,0%*	*-7,4%*	*-5,7%*	*-13,5%*	*-5,1%*	*-6,7%*	*-1,6%*
Empréstimos a particulares[1]	127.278	139.605	134.019	128.115	123.685	119.224	116.995	116.486
Variação %	-	*9,7%*	*-4,0%*	*-4,4%*	*-3,5%*	*-3,6%*	*-1,9%*	*-0,4%*
Passivo	**415.185**	**484.429**	**461.343**	**427.703**	**394.961**	**374.618**	**355.992**	**351.195**
Variação %	-	*16,7%*	*-4,8%*	*-7,3%*	*-7,7%*	*-5,2%*	*-5,0%*	*-1,3%*
Depósitos	**195.604**	**244.431**	**250.734**	**253.168**	**252.129**	**254.421**	**245.443**	**246.812**
Variação %	-	*25,0%*	*2,6%*	*1,0%*	*-0,4%*	*0,9%*	*-3,5%*	*0,6%*
Recursos de bancos centrais	**5.731**	**50.723**	**56.179**	**51.126**	**33.717**	**28.545**	**24.655**	**25.904**
Variação %	-	*785,1%*	*10,8%*	*-9,0%*	*-34,1%*	*-15,3%*	*-13,6%*	*5,1%*
dos quais: do BdP	2.464	46.002	52.784	47.864	31.191	26.161	22.400	23.700
Variação %	-	*1.767,0%*	*14,7%*	*-9,3%*	*-34,8%*	*-16,1%*	*-14,4%*	*5,8%*
Capital próprio	**28.273**	**25.687**	**31.768**	**29.574**	**30.736**	**32.971**	**29.902**	**34.710**
Variação %	-	*-9,1%*	*23,7%*	*-6,9%*	*3,9%*	*7,3%*	*-9,3%*	*16,1%*
Rácio de endividamento (P/A)	**93,6%**	**95,0%**	**93,6%**	**93,5%**	**92,8%**	**91,9%**	**92,3%**	**91,0%**
Ativo bruto % PIB[3]	**248,0%**	**290,0%**	**290,0%**	**270,0%**	**250,0%**	**230,0%**	**210,0%**	**210,0%**
Indicadores de qualidade do crédito (consolidado, %, valores em final de período)								
Rácio de crédito em risco[4]	**3,6%**	**7,7%**	**10,1%**	**10,6%**	**11,9%**	**12,0%**	**11,8%**	**11,6%**
Habitação	n.d.	5,8%	5,7%	6,1%	5,9%	6,0%	5,4%	n.d.
Consumo	n.d.	12,2%	16,8%	16,6%	17,0%	14,5%	13,2%	n.d.
Sociedades não financeiras	n.d.	9,9%	14,2%	16,1%	19,0%	19,7%	19,3%	n.d.
Rácio de empréstimos *non-performing*[5]	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**17,5%**	**17,2%**	**16,7%**
Rácio de cobertura do crédito em risco	**n.d.**	**54,6%**	**53,7%**	**56,0%**	**64,0%**	**68,1%**	**69,0%**	**n.d.**
Rácio de cobertura de NPLs	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**n.d.**	**40,8%**	**45,0%**	**45,4%**

[1] Variação acumulada face a dezembro de 2007.
[2] Dados em base individual.
[3] Produto Interno Bruto nominal (acumulado dos quatro trimestres anteriores).
[4] São classificados como crédito em risco pela totalidade do valor em dívida (i.e. incluíndio crédito vincendo) os créditos que verifiquem uma das seguintes condições: (i) crédito vencido há pelo menos 90 dias; (ii) crédito reestruturado após ter estado vencido há pelo menos 90 dias, sem que tenham sido reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir os montantes vencidos) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos, ou (iii) crédito vencido há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco, designadamente a falência ou liquidação do devedor.
[5] Empréstimos que verifiquem uma das seguintes condições: (i) exposições significativas com prestações vencidos há pelo menos 90 dias; (ii) considerar-se improvável que o devedor cumpra integralmente com as sua obrigações sem a realização de eventuais garantias; (iii) ativos com imparidade, exceto imparidade por perdas incorridas mas das quais a instituição ainda não teve conhecimento *(IBNR – Incurred But Not Reported);* e (iv) crédito em incumprimento de acordo com o conceito prudencial definido no CRR.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

	2007	2011[6]	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	Fim de período	1º Trimestre
Principais indicadores de risco de *funding* e liquidez (consolidado, em % e EUR M, valores em final de período)								
Rácio de transformação	160,1%	135,1%	122,6%	111,8%	102,1%	96,8%	95,5%	94,3%
Funding gap	117.586	85.915	56.684	29.884	5.203	-8.106	-11.149	-13.985
Rácio de Cobertura de Liquidez	-	-	-	-	-	-	153,6%	166,3%
Dados da demonstração de resultados (consolidado, em % e EUR M, fluxos no período)								
Resultado líquido	3.331	-1.208	-1.234	-3.210	-5.311	324	-1.249	20
Variação homóloga %	-	*-136,3%*	*-2,1%*	*-160,2%*	*-65,5%*	*106,1%*	*-485,2%*	*-77,9%*
Taxa efetiva de imposto[7] (%)	n.d.	26,4%	25,2%	24,7%	22,70%	23,30%	n.d.	n.d.
Margem financeira	8.164	7.933	6.631	5.434	5.594	5.948	5.886	1.554
Variação homóloga %	-	*-2,8%*	*-16,4%*	*-18,1%*	*2,9%*	*6,3%*	*-1,0%*	*2,8%*
Comissões líquidas	3.210	3.653	3.640	3.337	2.980	3.038	2.714	674
Variação homóloga %	-	*13,8%*	*-0,4%*	*-8,3%*	*-10,7%*	*1,9%*	*-10,7%*	*-2,7%*
Produto bancário	13.778	12.871	12.737	9.810	10.192	10.728	9.468	2.226
Variação homóloga %	-	*-6,6%*	*-1,0%*	*-23,0%*	*3,9%*	*5,3%*	*-11,7%*	*-4,1%*
Margem financeira / produto bancário (%)	59,3%	61,6%	52,1%	55,4%	54,9%	55,4%	62,2%	69,8%
Cost-to-income (%)	55,6%	61,7%	58,9%	72,2%	65,8%	60,8%	59,2%	65,9%
Imparidades (em % do produto bancário)	12,5%	51,6%	56,7%	61,4%	79,8%	37,5%	67,2%	21,1%
Rácios de rendibilidade (em %, fluxos e valores em final de período)								
ROE	17,7%	-6,6%	-5,6%	-11,8%	-19,4%	2,1%	-8,0%	3,5%
ROA	1,1%	-0,4%	-0,3%	-0,8%	-1,3%	0,2%	-0,6%	0,3%
Principais indicadores solvabilidade e alavancagem (consolidado, em % e EUR M, valores em final de período)								
Rácio *core* Tier 1	n.d.	8,7%	11,5%	12,3%	-	-	-	-
Rácio CET1	-	-	-	-	11,3%	12,4%	11,4%	12,6%
Rácio de adequação global de fundos próprios	10,4%	9,8%	12,6%	13,3%	12,3%	13,3%	12,2%	13,9%
RWAs	296.741	302.776	290.143	259.194	240.563	233.238	215.400	n.d.
RWAs / Ativo total	66,9%	59,3%	58,8%	56,7%	56,5%	57,2%	55,8%	n.d.
Rácio de alavancagem	-	-	-	-	-	-	6,7%	7,2%
Outros dados (EUR M, valores em final de período)								
Capitalização bolsista[8]	22.119	3.429	6.468	9.477	5.891	4.737	2.828	4.675
Variação %	-	*-84,5%*	*88,6%*	*46,5%*	*-36,1%*	*-19,6%*	*-40,3%*	*65,3%*

Fonte: Banco de Portugal, Reuters e APB

[6] Variação acumulada face a dezembro de 2007.
[7] Dados do Boletim Informativo Anual da APB.
[8] Inclui: o Banco Português de Investimento S.A., o Banco Comercial Portugues S.A., o Banif S.A. (até 2014), o Banco Espirito Santo S.A. (até 2013) e a Caixa Económica Montepio Geral.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Lifestyle

ALEXANDRE O'NEILL NUM SÓ VOLUME

"Poesias Completas & Dispersos"

Já está nas bancas uma nova edição das Poesias Completas de Alexandre O'Neill. A obra reúne num só volume dois livros do autor, mas também sete inéditos localizados em espólios e 42 textos dispersos em jornais, revistas, discos e catálogos de arte. Edição Assírio & Alvim.

O VATICANO EM LISBOA

"Madonna. Tesouros dos Museus Vaticanos"

Cerca de 50 obras das famosas coleções dos Museus Vaticanos vão estar expostas no Museu Nacional de Arte Antiga durante quatro meses. Das últimas pinceladas da Antiguidade à época moderna, a Virgem Maria é a figura central. Do conjunto, fazem parte obras da valiosa Pinacoteca, para não falar das esculturas, das tapeçarias e dos códices iluminados. De 17 de maio a 10 de setembro.

CONCERTOS ÚNICOS

Homenagem a Leonard Cohen e Ben Harper

O dia em que Leonard Cohen completaria 83 anos serve de pretexto para a primeira de duas datas de um espetáculo de homenagem, que reunirá alguns dos mais aclamados músicos portugueses: David Fonseca, Jorge Palma, Márcia, Mazgani, Miguel Guedes e Samuel Úria. Centro Cultural Olga Cadaval, Sintra, 21 de Setembro e Casa da Música, Porto, no dia 27. Ben Harper iniciou a carreira em 1994, já gravou 14 álbuns de estúdio, venceu alguns *Grammy* e conquistou vários discos de ouro e de platina. Pela primeira vez a solo em Lisboa, o Coliseu recebe-o em 17 de agosto.

ENTRADA LIVRE

Orquestra Gulbenkian em "Lisboa na Rua"

A Orquestra Gulbenkian apresenta um concerto de entrada livre com o maestro Jean-Marc Burfin e o pianista Mário Laginha, no âmbito da iniciativa "Lisboa na Rua". É na Praça do Município, em Lisboa, na noite de 3 de setembro.

VIAGEM AO PASSADO

Mercado Medieval de Óbidos

A ligação da Vila com as mulheres é longa, repleta de lendas e histórias de princesas mouras e cristãs, rainhas, artistas e mulheres comuns que deixaram um legado interessante e uma aura que se sente no burgo. O tema desta edição é precisamente "ser mulher na Idade Média". Programa variado que inclui serões medievais, mercado, cortejos e arruadas, torneios, música, teatro, dança e recriações históricas. Até 6 de agosto.

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

A *inforBANCA* também pode ser lida em dispositivos móveis

Descarregue a *App* em qualquer *Tablet* ou *Smartphone* Android ou iOS à sua disposição.

Ou aceda através do *link*:
http://inforbanca.mobi-shout.com

A *inforBANCA* disponível para dispositivos móveis resulta de uma parceria com a mobinteg.

www.mobinteg.com | info@mobinteg.com

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE **BANCOS**

FORMAÇÃO AVANÇADA

Sector Bancário e Financeiro

OS ALICERCES DO FUTURO

Novas Edições com Início em Setembro de 2017:

- Ativos Financeiros Derivados
- Auditoria Financeira e de Sistemas de Informação – Vertente Auditoria
- Concessão, Acompanhamento e Recuperação de Crédito

Outros Cursos Disponíveis:

- Aconselhamento Financeiro de Empresas
- Aconselhamento Financeiro de Particulares
- Auditoria Financeira e de Sistemas de Informação – Vertente Gestão do Risco
- Avaliação e Gestão de Ativos
- Banca e Fiscalidade Internacional e Europeia
- *Compliance*
- Desenvolvimento de Recursos Humanos
- Gestão de Crédito
- Gestão de Sistemas de Informação
- Gestão Internacional na Banca
- *Governance* e Supervisão Bancária
- Liderança e Desenvolvimento de Equipas
- Marketing Digital
- Marketing Financeiro
- Organização e Gestão de Processos

Copyright © 2017 by IFB/APB, Lisbon

Para mais informações:
Catarina Santos
e-mail: c.santos@ifb.pt | formacaoavancada@ifb.pt
Av. da República, 35 - 8º, 1050-186 Lisboa
Tel.: 217 916 293 | Fax: 217 972 917

www.ifb.pt